Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	24
Balanço patrimonial	28
Demonstrações do resultado	29
Demonstrações do resultado abrangente	30
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	31
Demonstrações dos fluxos de caixa	32
Demonstrações do valor adicionado	33
Notas explicativas às demonstrações financeiras	34







Sumário

1.	. Mensagem do Presidente	3
2.	. Perfil da Empresa	5
	2.1 Nossa Identidade	5
	2.2 Controle Societário	7
	2.3 Estrutura de Governança	7
3.	. Contexto Econômico e Setorial	9
4.	. Desempenho Operacional e Financeiro	11
	4.1 Volume de Vendas	11
	4.2 Produção de Cimento	11
	4.3 Ebitda	12
	4.4 Resultado Líquido	12
5.	. Gestão Financeira e Estrutura de Capital	14
6.	. Sustentabilidade e Inovação	16
	6.1 Redução da Pegada de Carbono e Eficiência Energética	16
	6.2 Diversidade e Inclusão	17
	6.3 Sustainability-Linked Financing	17
7.	. Capital Humano	19
8.	. Perspectivas e Estratégia para 2025	20



1. Mensagem do Presidente

O ano de 2024 marcou um momento histórico para a Margem Companhia de Mineração, no qual alcançamos nosso melhor resultado operacional desde a fundação da empresa. Apesar de um cenário desafiador, conseguimos expandir nossa capacidade produtiva, crescer em vendas e melhorar significativamente nossos indicadores financeiros e operacionais.

O crescimento no volume de vendas e a elevação do EBITDA em relação ao ano anterior, refletem a eficácia das estratégias adotadas e o contínuo aprimoramento da gestão. Avançamos também na eficiência operacional, com um aumento na produção de clínquer, reforçando nossa posição competitiva no mercado.

Paralelamente às nossas operações regulares, realizamos investimentos estratégicos voltados ao fortalecimento da capacidade produtiva e à modernização de processos. Expandimos nossa capacidade de produção de clínquer com um projeto de repotenciação do forno, garantindo maior eficiência e competitividade. Além disso, ampliamos nosso espaço de armazenamento, o que possibilitou o aumento do uso de combustíveis alternativos, reforçando nosso compromisso com a sustentabilidade. No segmento de concreto, promovemos a renovação de parte da nossa frota de caminhões betoneira, assegurando maior eficiência logística e operacional.

O ano também foi marcado por um avanço significativo na gestão da nossa estrutura de capital. Executamos um plano de alongamento da dívida, captando recursos com prazos mais longos e melhores condições financeiras. Destacamos, ainda, a emissão de debêntures atreladas ao cumprimento de indicadores socioambientais, consolidando nosso compromisso com a governança e a sustentabilidade.

Mais do que os resultados financeiros, cuidamos das nossas pessoas e reforçamos a segurança no ambiente de trabalho. A implementação do programa SafeStart, destinado a 100% dos nossos colaboradores, fortaleceu nossa cultura de



prevenção e segurança, garantindo que o crescimento da empresa ocorra de forma responsável e sustentável.

Com os avanços conquistados em 2024 e a solidez da nossa estratégia, seguimos para 2025 confiantes na continuidade do crescimento sustentável da Margem Companhia de Mineração, ampliando nossa competitividade e geração de valor no setor cimenteiro.



2. Perfil da Empresa

A Margem Companhia de Mineração faz parte do Grupo Secil, um conglomerado fundado em Portugal com atuação global na produção e venda de cimento, concreto, agregados, argamassas e cal hidráulica.

Com presença em oito países e quatro continentes, o Grupo Secil opera oito fábricas de cimento, incluindo três em Portugal e unidades em Angola, Tunísia, Líbano, Cabo Verde, Espanha, Holanda e Brasil, garantindo uma capacidade de produção superior a 9,75 milhões de toneladas de cimento por ano. A Secil pertence à Semapa, uma holding listada na Euronext Lisbon, cujo acionista majoritário é a família Queiroz Pereira, com forte tradição no setor industrial e financeiro em Portugal.

No Brasil, a Supremo Cimento foi fundada em 2003, na cidade de Pomerode (SC). Em 2012, sua internacionalização foi marcada pela aquisição de 50% do capital pela Secil, fortalecendo sua expansão no mercado nacional. Como parte de sua estratégia de crescimento sustentável, a empresa investiu na construção de uma nova fábrica em Adrianópolis (PR), estrategicamente localizada próxima à mina de calcário adquirida em 2007. Essa unidade, situada a 170 km de Curitiba, foi um marco na ampliação da capacidade produtiva da empresa, consolidando sua atuação na região Sul do Brasil.

2.1 Nossa Identidade

Missão

Dar forma às ideias, fornecendo soluções de cimento aos nossos clientes, carreiras estimulantes às nossas pessoas, uma cidadania responsável às nossas comunidades e valor aos nossos acionistas.

Visão

Empenhamo-nos em ser, nas comunidades que servimos, o fornecedor de soluções de cimento preferido dos nossos clientes.



Valores

Pessoas

Nós damos valor à perspectiva das outras pessoas.

Nós ajudamos as pessoas a darem o melhor de si.

Nós mostramos empatia e ouvimos antes de oferecer orientação.

Nós trabalhamos incansavelmente para garantir a segurança de todos.

<u>Integridade</u>

Nós mostramos respeito e valorizamos todos os indivíduos e todas as ideias.

Nós somos honestos e confiáveis nas nossas relações com as outras pessoas.

Nós aderimos aos mais altos padrões de ética e segurança.

Nós reconhecemos as melhores características dos nossos colegas e agimos em concordância.

Responsabilidade

Nós somos responsáveis pelas nossas ações e pelos nossos resultados.

Nós concentramo-nos em encontrar soluções e alcançar resultados.

Nós adotamos práticas sustentáveis nos nossos negócios.

Nós comprometemo-nos a construir um ambiente de trabalho saudável e seguro.

Colaboração

Juntos, somos mais fortes e podemos contribuir mais.

Nós acreditamos que objetivos partilhados e apoio mútuo levam ao sucesso.

Nós celebramos as nossas conquistas coletivamente.

Nós promovemos a confiança e a atenção com os outros, pois potenciam a colaboração.

<u>Desempenho</u>



Nós somos focados nos resultados e cumprimos as nossas promessas.

Nós temos como objetivo a nossa melhoria contínua e dos nossos processos.

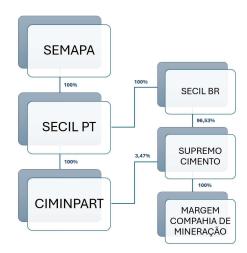
Nós aprendemos com erros e sucessos em igual medida.

Nós incentivamos a sinceridade como forma de melhorar a tomada de decisões.

2.2 Controle Societário

A Margem Companhia de Mineração integra a estrutura societária do Grupo Secil, sendo uma subsidiária integral da Supremo Cimento, que, por sua vez, tem 96,53% de seu capital detido pela Secil Brasil (SECIL BR).

A Secil BR faz parte do grupo português Secil PT, que é controlado pela Semapa, holding responsável pela gestão dos negócios do grupo em diversos países e diferentes segmentos. Essa estrutura reforça a solidez financeira e estratégica da Margem Companhia de Mineração, garantindo alinhamento às diretrizes globais da Secil e acesso às melhores práticas internacionais do setor.



2.3 Estrutura de Governança

A Margem Companhia de Mineração adota uma estrutura de governança corporativa sólida, baseada em transparência, responsabilidade e alinhamento estratégico com seus acionistas e demais stakeholders. A governança da empresa é composta por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva, que atuam conjuntamente na definição e execução das diretrizes estratégicas do negócio.



O Conselho de Administração é formado por três membros, responsáveis por definir as diretrizes gerais da empresa, acompanhar a execução da estratégia e garantir o cumprimento das melhores práticas de governança. O Conselho tem um papel fundamental na supervisão dos negócios, na avaliação de riscos e na tomada de decisões estratégicas de longo prazo.

A Diretoria Executiva é composta por quatro membros, responsáveis pela gestão operacional, comercial e financeira da companhia. Cabe à diretoria a implementação das estratégias definidas pelo Conselho, assegurando o crescimento sustentável da empresa, a eficiência dos processos e a criação de valor para os acionistas.

Essa estrutura permite à Margem Companhia de Mineração manter um modelo de governança eficiente, com tomada de decisões ágil e alinhada aos desafios do setor, garantindo o desenvolvimento contínuo da companhia e a consolidação de sua posição no mercado.

CONSELHO:

Otmar Hubscher Gian Lorenz Raffainer Carlos Manuel Guimaraes Correia de Barros

DIRETORIA:

Paulo de Andrade Nascentes da Silva Carlos Henrique de Souza Rodrigo de Oliveira Brito Fabio Krzyzanowski



3. Contexto Econômico e Setorial

O ano de 2024 foi marcado por um ambiente macroeconômico desafiador, com impactos diretos no setor cimenteiro. O crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) seguiu uma trajetória moderada, impulsionado pelo mercado de trabalho aquecido e pelo avanço do setor de serviços. No entanto, a política monetária restritiva, com taxas de juros elevadas, impactou o custo do crédito e reduziu o ritmo de investimentos privados, dificultando o financiamento de novos empreendimentos imobiliários e obras de infraestrutura.

Mesmo com esse cenário desafiador, o setor cimenteiro voltou a crescer após dois anos de retração. As vendas de cimento em 2024 totalizaram 64,7 milhões de toneladas, um crescimento de 3,9% em relação a 2023, recuperando parte das perdas registradas nos anos anteriores. Esse avanço foi impulsionado principalmente pela retomada do programa Minha Casa, Minha Vida, que aqueceu o mercado imobiliário a partir do segundo trimestre. No acumulado até setembro de 2024, o programa tinha registrado um aumento de 58,7% nos lançamentos e 43,6% nas vendas de imóveis, reforçando seu papel como um dos principais indutores do consumo de cimento no Brasil.

Apesar da recuperação na demanda, o setor enfrentou desafios significativos relacionados ao aumento dos custos operacionais. A inflação impactou diretamente os preços de insumos essenciais para a indústria, mão de obra e materiais de manutenção. Além disso, a inflação na construção civil, impulsionada pela escassez de mão de obra qualificada e pelo aumento dos salários no setor, elevou os custos de execução das obras, refletindo no Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) que fechou 2024 em 5,99%.

A variação cambial também exerceu forte impacto sobre os custos da indústria cimenteira, especialmente no que diz respeito ao coque de petróleo, principal combustível utilizado na produção de clínquer. A valorização do dólar ao longo do ano aumentou os custos desse insumo, reforçando a necessidade de ampliar o uso



de combustíveis alternativos para minimizar a dependência de fontes fósseis importadas.

Além dos desafios econômicos, fatores climáticos extremos também tiveram um impacto significativo na comercialização de cimento em 2024. O ano foi marcado por eventos severos, como chuvas acima da média em diversas regiões, afetando diretamente o cronograma das obras e a demanda pelo insumo. No Sul do Brasil, a tragédia causada pelas enchentes no Rio Grande do Sul gerou graves consequências para a infraestrutura local, interrompendo a execução de projetos e reduzindo temporariamente o consumo de cimento na região. Além disso, os danos às estradas e aos sistemas logísticos dificultaram a distribuição do insumo, trazendo desafios adicionais para a recuperação do setor na região.

Para 2025, a expectativa é de um crescimento mais moderado no setor cimenteiro, o cenário ainda apresenta desafios, especialmente devido ao alto nível de inadimplência da população e ao elevado endividamento das famílias, que seguem limitando a expansão do crédito habitacional. Além disso, com a manutenção das taxas de juros em patamares elevados, o custo do financiamento imobiliário permanece alto, o que pode restringir o ritmo de novos investimentos no setor.

No segmento de infraestrutura, espera-se uma retomada gradual das obras públicas, especialmente aquelas ligadas ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). No entanto, até o momento, o PAC não avançou na velocidade esperada e já sofreu cortes orçamentários, o que pode limitar o impacto desse programa na demanda por cimento.

Diante desse cenário, a indústria cimenteira continuará enfrentando desafios ligados à volatilidade do câmbio, custos logísticos elevados e necessidade de inovação para reduzir a pegada de carbono. A ampliação do uso de combustíveis alternativos, a eficiência energética e o aumento dos investimentos em infraestrutura serão fatores determinantes para a competitividade do setor nos próximos anos.



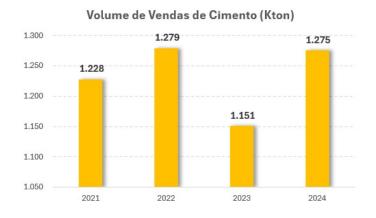
4. Desempenho Operacional e Financeiro

O ano de 2024 marcou uma recuperação significativa nos principais indicadores operacionais e financeiros da Margem Companhia de Mineração, após um 2023 desafiador, fortemente impactado por problemas operacionais decorrentes da formação de anel no forno de clínquer. Esse fator reduziu a capacidade produtiva e afetou negativamente o desempenho da empresa em 2023. Com a normalização da operação e investimentos na eficiência e expansão da capacidade industrial, conseguimos aumentar a produção de cimento, recuperar o volume de vendas e registrar um crescimento expressivo no EBITDA, refletindo uma melhora na rentabilidade da empresa.

A seguir, apresentamos a evolução dos nossos principais indicadores entre 2021 e 2024, destacando a recuperação obtida no último exercício.

4.1 Volume de Vendas

Em 2024, o volume de vendas atingiu 1.275 mil toneladas, um aumento de 10,8% em relação a 2023, quando as restrições operacionais impactaram a oferta de cimento. O crescimento das vendas reflete a recuperação da capacidade produtiva e maior eficiência comercial da empresa.

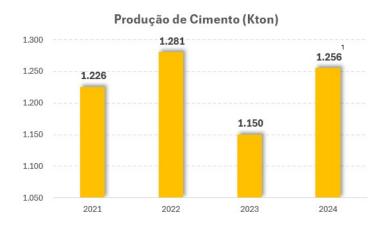


4.2 Produção de Cimento

A produção de cimento em 2024 totalizou 1.256 mil toneladas, representando um crescimento de 9,2% em relação a 2023, quando a formação de anel no forno de clínquer reduziu significativamente a produção. A normalização dos processos industriais e os investimentos realizados na planta foram fundamentais para esse



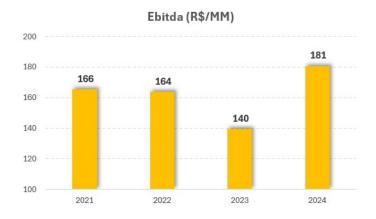
avanço, garantindo maior estabilidade operacional e aproveitamento da capacidade instalada.



¹ Produção impactada pela paragem do forno durante 1 mês para implementação do projeto de repotenciação.

4.3 Ebitda

O EBITDA apresentou uma recuperação expressiva em 2024, alcançando R\$ 181 milhões, um aumento de 29,6% em relação ao ano anterior. Esse crescimento reflete não apenas a melhoria na produção e vendas, mas também iniciativas de controle de custos e otimização operacional, que resultaram em um ganho significativo de margem.



4.4 Resultado Líquido

Em 2024, a Margem Companhia de Mineração registrou um resultado líquido positivo de R\$ 32 milhões, marcando uma recuperação significativa em relação a 2023, quando a empresa apresentou um resultado de R\$ 17 milhões. Essa



evolução reflete a melhoria operacional, com o aumento da produção e das vendas, além da recuperação da rentabilidade medida pelo crescimento do EBITDA. Apesar do avanço, desafios como custos financeiros elevados e impacto da variação cambial sobre insumos importados ainda pressionaram o resultado final.



Os resultados operacionais e financeiros de 2024 demonstram a capacidade da Margem Companhia de Mineração de se recuperar diante de desafios e consolidar um crescimento sustentável. Após um 2023 impactado por restrições operacionais, a empresa conseguiu aumentar sua produção, recuperar o volume de vendas, expandir o EBITDA e retomar a rentabilidade líquida positiva, refletindo a eficácia das estratégias implementadas.

Para 2025, a empresa seguirá focada na excelência operacional, buscando ganhos de eficiência que garantam maior estabilidade produtiva e controle de custos. Além disso, a gestão financeira continuará sendo um pilar estratégico, com iniciativas voltadas para a otimização da estrutura de capital, redução do impacto das oscilações cambiais e fortalecimento da rentabilidade.

Com um ambiente econômico desafiador, a Margem Companhia de Mineração mantém o compromisso de ampliar sua competitividade e gerar valor para seus acionistas, alinhando inovação, sustentabilidade e eficiência como pilares fundamentais para o cumprimento dos seus objetivos em 2025.



5. Gestão Financeira e Estrutura de Capital

Em 2024, a Margem Companhia de Mineração avançou significativamente na execução de sua estratégia de alongamento da dívida, garantindo uma estrutura de capital mais equilibrada e adequada ao crescimento sustentável da empresa. Um dos marcos dessa estratégia foi a captação de uma debênture junto ao Santander no valor de R\$ 250 milhões, operação que permitiu a extensão do perfil de endividamento e melhores condições financeiras para a companhia.

Ao longo do ano, a empresa manteve uma gestão da sua estrutura de capital, buscando reduzir a pressão de vencimentos de curto prazo e fortalecer sua posição financeira. Como parte dessa estratégia, foram amortizados mais de R\$ 150 milhões em financiamentos, reforçando o compromisso com uma estrutura de dívida sustentável.

Em dezembro de 2024, a posição da dívida líquida bancária da Margem Companhia de Mineração era de R\$ 271 milhões, ligeiramente inferior ao montante de R\$ 279 milhões registrado em dezembro de 2023. O índice de alavancagem caiu para 1,50, uma melhora significativa em relação ao índice de 2,00 registrado em 2023, demonstrando a recuperação operacional e o aumento da geração de caixa da companhia.



A estrutura de capital da empresa reflete um equilíbrio entre capital dos acionistas e dívida líquida bancária, conforme apresentado no gráfico acima. O capital aportado pelos acionistas manteve-se constante em R\$ 421 milhões ao longo dos



últimos anos, evidenciando o compromisso dos investidores no financiamento sustentável da empresa. Por outro lado, a dívida líquida bancária apresentou uma leve redução de R\$ 8 milhões em 2024. A trajetória de estabilização da dívida reforça a solidez financeira da companhia, garantindo uma posição mais equilibrada para os próximos anos.

Além da gestão da dívida, a Margem Companhia de Mineração mantém uma política prudente para minimizar os impactos da variação cambial sobre suas importações. A empresa importa apenas coque, um insumo essencial para a produção, e adota estratégias de hedge cambial, utilizando instrumentos financeiros para proteger sua exposição às oscilações do câmbio no momento oportuno. Essa abordagem reduz a vulnerabilidade às flutuações do dólar e garante previsibilidade nos custos, evitando impactos adversos na estrutura financeira.

Com a execução bem-sucedida da estratégia de alongamento da dívida, a empresa inicia 2025 com uma estrutura de capital fortalecida e financiada, sem necessidade de novas captações no curto prazo. O foco da gestão financeira para o próximo ano será a manutenção da disciplina financeira, a otimização do serviço da dívida e a continuidade da estratégia de hedge cambial, garantindo maior eficiência e previsibilidade nos resultados financeiros da companhia.



6. Sustentabilidade e Inovação

A empresa tem a sustentabilidade como um dos pilares fundamentais da sua estratégia de longo prazo. Em 2024, a empresa avançou significativamente na redução da pegada de carbono, no uso de combustíveis alternativos e na promoção da diversidade e inclusão, reforçando seu compromisso com uma operação mais eficiente e responsável.

6.1 Redução da Pegada de Carbono e Eficiência Energética

A empresa segue um plano estruturado de descarbonização, alinhado às metas globais do Grupo Secil. Entre as iniciativas implementadas, destacam-se:

- Ampliação do uso de combustíveis alternativos, reduzindo a dependência de combustíveis fósseis e mitigando as emissões de CO₂. Em 2024, a Margem atingiu 29,4% de substituição por combustíveis alternativos.
- Otimização do consumo energético, com investimentos em tecnologias que aumentam a eficiência da operação. Um exemplo é a utilização de inteligência artificial no controle do painel central da unidade de Adrianópolis, reduzindo o consumo de eletricidade em cerca de 3%.
- Uso de adições no cimento, reduzindo a necessidade de clínquer, um dos principais responsáveis pela emissão de CO₂ na indústria.

A empresa tem investido continuamente na substituição de combustíveis fósseis por alternativas sustentáveis, como biomassas, resíduos industriais e pneus. O coprocessamento de resíduos não apenas reduz a dependência de coque de petróleo, mas também contribui para a destinação sustentável de materiais.

Em 2024, a empresa fortaleceu essa estratégia por meio de um projeto de expansão da infraestrutura de armazenamento e de alimentação do forno, permitindo um uso mais eficiente dos combustíveis alternativos. Essas iniciativas são essenciais para garantir uma operação de menor impacto ambiental e alinhada às melhores práticas do setor cimenteiro global.



6.2 Diversidade e Inclusão

Além das iniciativas ambientais, a Margem Companhia de Mineração segue fortalecendo sua atuação em diversidade e inclusão, buscando aumentar a representatividade feminina em um setor historicamente dominado por profissionais do gênero masculino. Atualmente, a presença de mulheres no quadro da empresa ainda é reduzida, especialmente em cargos operacionais e de liderança.

Para reverter esse cenário, foram adotadas ações concretas, como:

- Programas de mentoria e coaching para apoiar o desenvolvimento de mulheres na empresa.
- Iniciativas de recrutamento ativo, garantindo maior diversidade nos processos seletivos.
- Ambiente de trabalho mais inclusivo, com políticas claras contra discriminação e assédio.
- Transparência salarial e equidade de oportunidades, promovendo a paridade de remuneração para funções equivalentes.

6.3 Sustainability-Linked Financing

A Margem Companhia de Mineração, como parte do Grupo Secil, tem a sustentabilidade e a diversidade como pilares estratégicos fundamentais para o seu crescimento de longo prazo. Em alinhamento com a estratégia global da Secil, a empresa consolidou seus compromissos ambientais e sociais no Framework de Financiamento Vinculado à Sustentabilidade, documento que formaliza as metas do grupo para a redução da pegada de carbono e promoção da diversidade.

Este Framework foi estruturado pela Secil, e a Margem Companhia de Mineração participa ativamente como subsidiária, contribuindo para os compromissos estabelecidos pelo grupo. Para assegurar a transparência e credibilidade dessas metas, o Framework foi auditado globalmente pela KPMG, garantindo que os objetivos definidos estejam alinhados com as melhores práticas de ESG (Ambiental, Social e Governança) e com as exigências internacionais de



financiamento sustentável. Além disso, a Secil também obteve um Limited Assurance Report, que atesta a ambição e seriedade dos compromissos firmados.

A decisão de atrelar suas metas socioambientais a um modelo de financiamento sustentável reforça o compromisso da Margem Companhia de Mineração com uma operação mais responsável e alinhada às diretrizes globais do Grupo Secil. Essa iniciativa reflete a visão de longo prazo da empresa e do grupo, garantindo que a descarbonização do setor cimenteiro e o aumento da diversidade organizacional sejam tratados com prioridade e transparência

Um maior nível de detalhamento sobre esses compromissos pode ser encontrado em:

https://www.secil-group.com/pt/sustentabilidade/economico---grupo-secil/sustainability-linked-financing---grupo-secil



7. Capital Humano

A Margem Companhia de Mineração acredita que o desenvolvimento de seus colaboradores é essencial para a sustentabilidade e o crescimento da empresa. Por isso, investe continuamente na capacitação e no aprimoramento das competências técnicas e comportamentais de seu time.

Em 2024, foram realizadas 17.458 horas de treinamentos, abrangendo temas essenciais para o fortalecimento da cultura organizacional e da segurança no ambiente de trabalho. Dentre as principais iniciativas, destacam-se:

- Treinamentos obrigatórios de segurança, totalizando 5.592 horas, com foco no cumprimento das normas regulatórias e na promoção de um ambiente de trabalho mais seguro.
- Formação no programa SafeStart, com 4.104 horas, reforçando a conscientização e a prevenção de riscos operacionais.
- Treinamentos comportamentais, incluindo temas como liderança, criatividade, sinergia entre equipes e desenvolvimento profissional, com atividades voltadas para diferentes áreas.

O investimento total em treinamentos no ano foi de R\$ 2.632.287,49, demonstrando o compromisso da empresa com o desenvolvimento de seus profissionais e com a construção de um ambiente de trabalho mais qualificado e engajado.

A empresa seguirá fortalecendo suas iniciativas de capacitação, promovendo uma cultura de aprendizado contínuo que impulsione tanto o crescimento individual dos colaboradores quanto a competitividade da empresa no setor cimenteiro.



8. Perspectivas e Estratégia para 2025

Após um ciclo de fortes investimentos entre 2021 e 2024, voltados para a expansão da capacidade produtiva, aumento da substituição de combustíveis alternativos, eficiência operacional e redução de custos, o ano de 2025 será marcado pela consolidação desses projetos. A captura dos benefícios gerados por essas iniciativas será essencial para garantir maior competitividade e rentabilidade da empresa.

Com a conclusão das principais melhorias estruturantes, a empresa direcionará seus esforços para otimizar os processos e capturar ganhos operacionais, consolidando a eficiência alcançada nos últimos anos. A maturação dos projetos de expansão produtiva permitirá aumento da produtividade e melhor controle de custos, enquanto a ampliação do uso de combustíveis alternativos continuará sendo um fator-chave para a redução da pegada de carbono e da dependência de coque de petróleo, tornando a matriz energética mais sustentável e econômica.

O mercado cimenteiro deve apresentar um crescimento moderado em 2025, o que exigirá uma postura ainda mais estratégica da empresa diante de um cenário de concorrência acirrada. Nesse contexto, a busca por maior rentabilidade e geração de valor será constante, exigindo uma gestão tempestiva das margens e uma avaliação contínua de oportunidades de precificação e eficiência comercial. Ao mesmo tempo, a empresa deverá estar atenta às pressões inflacionárias e à volatilidade cambial, que podem impactar os custos de produção, principalmente em relação às importações de coque de petróleo. Dessa forma, o fortalecimento das estratégias de gestão de custos e hedge cambial será fundamental para mitigar riscos financeiros e assegurar a previsibilidade dos resultados.

Outro fator relevante para 2025 será a melhoria do nível de serviço e da rentabilidade das operações de concreto, impulsionada pelo investimento na renovação da frota de caminhões betoneira realizado no último ano. Esse avanço permitirá maior eficiência logística, redução de custos e um atendimento mais ágil e competitivo ao mercado.



O compromisso com a sustentabilidade e os indicadores socioambientais seguirá como prioridade, reforçando as iniciativas voltadas para a redução de emissões de CO₂, ampliação do uso de combustíveis alternativos e promoção da diversidade no quadro de colaboradores. A empresa continuará avançando no monitoramento e na evolução desses indicadores, assegurando alinhamento às metas globais do grupo e consolidando sua posição como referência em práticas sustentáveis na indústria cimenteira.

No aspecto financeiro, a Margem Companhia de Mineração inicia 2025 com uma estrutura de capital fortalecida e sem necessidade de novas captações no curto prazo. A expectativa de crescimento no resultado operacional contribuirá diretamente para uma redução do índice de alavancagem, reforçando a solidez financeira da empresa. A gestão disciplinada da estrutura de capital continuará sendo prioridade, garantindo que a empresa mantenha sua sustentabilidade financeira e esteja preparada para novas oportunidades estratégicas no futuro.

Além dos avanços operacionais e financeiros, a governança corporativa seguirá sendo aprimorada, com o fortalecimento dos processos internos, maior transparência e rigor na tomada de decisões estratégicas. A Margem permanecerá alinhada às diretrizes globais do Grupo Secil, assegurando altos padrões de gestão e conformidade com as melhores práticas do setor.

Dessa forma, com 2025 marcado pela consolidação dos investimentos realizados nos últimos anos, a empresa seguirá focada em eficiência operacional, gestão financeira disciplinada, governança transparente e sustentabilidade, garantindo um crescimento sólido e sustentável, alinhado às melhores práticas do setor e à criação de valor para seus acionistas.

Carlos Henrique de Souza

CPF 019.587.699-75

Diretor Financeiro



KPMG Auditores Independentes Ltda.
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores da

Margem Companhia de Mineração

Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Margem Companhia de Mineração (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Margem Companhia de Mineração em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais de relatório financeiro (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação da recuperabilidade do imposto de renda diferido ativo

Veja a Nota 22 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria

As demonstrações financeiras incluem créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias no montante de R\$ 126.096, cuja realização está suportada por estimativas de lucros tributáveis futuros preparadas pela Companhia com base em seu julgamento e suportadas em seu plano de negócios. Devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas dos lucros tributáveis futuros, que são a base para o reconhecimento do valor recuperável dos créditos tributários e ao fato de qualquer mudança nas metodologias e premissas para a determinação dessas estimativas poder impactar de forma relevante o valor desses ativos e, consequentemente, as demonstrações financeiras como um todo, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como auditoria endereçou esse assunto

Avaliamos o desenho e implementação dos controles internos chave relacionados com a preparação e revisão do plano de negócios, orçamento, estudos técnicos e análises quanto à probabilidade da existência de lucros tributáveis futuros.

Com o suporte de nossos especialistas em finanças corporativas, analisamos a razoabilidade e consistência dos dados e premissas e das metodologias utilizadas pela Companhia na projeção de lucros tributáveis futuros, especialmente as relativas ao crescimento econômico projetado, volume e preço de venda dos produtos e comparamos com dados disponíveis no mercado e com o histórico da própria Companhia. Com o apoio dos nossos especialistas da área tributária, avaliamos as bases de apuração em que são aplicadas as alíquotas vigentes dos tributos. Avaliamos ainda se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que são aceitáveis as premissas e metodologias utilizadas para estimativa da recuperabilidade dos ativos fiscais diferidos no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de normas contábeis internacionais de relatório financeiro (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

 Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 18 de março de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-PR

Yukie de Andrade Kato

Contadora CRC PR-052608/O-4 T-CE

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	31/12/2024	31/12/2023	Passivos	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	8	287.472	53.511	Fornecedores	14	45.633	82.091
Instrumentos derivativos	25	37.982	-	Empréstimos e financiamentos	15	246.784	140.086
Contas a receber	9	44.029	81.026	Instrumentos derivativos	25	-	11.421
Estoques	10	51.863	87.052	Salários e encargos sociais		9.126	5.573
Impostos a recuperar	11	9.943	16.349	Impostos a recolher	16	29.962	38.704
Outras contas a receber		10.583	9.883	Adiantamentos de clientes		1.629	415
				Arrendamento mercantil	13	3.533	5.841
				Dividendos a pagar	18	7.343	-
				Outras contas a pagar	17	10.345	33.872
Total do ativo circulante		441.872	247.821	Total do passivo circulante		354.355	318.003
				Não circulante			
				Empréstimos e financiamentos	15	358.139	191.782
				Arrendamento mercantil	13	3.979	1.232
				Impostos a recolher	16	169.687	181.569
Impostos a recuperar	11	41.350	34.407	Outras contas a pagar	17	54	50
Outras contas a receber		4.862	4.861	Impostos diferidos	22	32.758	20.093
				Provisão para contingências	24	16.372	15.102
Total do realizável a longo prazo		46.212	39.268	Total do passivo não circulante		580.989	409.828
				Total do passivo		935.344	727.831
Direito de uso dos ativos	13	6.534	6.260				
Imobilizado	12	1.019.864	990.765	Patrimônio líquido	18		
Intangível		3.591	4.266	Capital social		421.419	421.419
				Ajuste de avaliação patrimonial		115.358	116.681
				Reserva legal		6.404	4.928
		1.029.989	1.001.291	Reservas de lucros		39.548	17.521
Total do ativo não circulante		1.076.201	1.040.559	Total patrimônio líquido		582.729	560.549
Total do ativo		1.518.073	1.288.380	Total do passivo e patrimônio líquido		1.518.073	1.288.380

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Receita líquida de vendas	19	596.680	509.045
Custo das vendas	20	(395.701)	(353.276)
Lucro bruto		200.979	155.769
Despesas administrativas	20	(21.191)	(16.724)
Despesas comerciais	20	(73.486)	(64.842)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		(590)	(279)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	20	(87)	(153)
Lucro operacional		105.625	73.771
Despesas financeiras	21	(113.698)	(66.620)
Receitas financeiras	21	52.841	18.859
Despesas financeiras, líquidas		(60.857)	(47.761)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		44.768	26.010
Imposto de renda e contribuição social (corrente)	22.b	(2.578)	_
Imposto de renda e contribuição social (diferido)	22.b	(12.665)	(8.890)
Lucro líquido do período		29.525	17.120

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do período	29.525	17.120
Outros resultados abrangentes		
Resultado abrangente total	29.525	17.120

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

		Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva Legal	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2022	Nota	421.419	117.938	4.070	41.432	584.859
Lucro líquido do exercício		-	-	-	17.120	17.120
Constituição reserva legal		-	-	856	(856)	-
Distribuição dividendos		-	-	-	(41.432)	(41.432)
Realização do custo atribuído			(1.257)		1.257	-
Em 31 de dezembro de 2023		421.419	116.681	4.926	17.521	560.547
Lucro líquido do exercício		-	-	-	29.525	29.525
Constituição reserva legal	18.4	-	-	1.476	(1.476)	-
Dividendos propostos à distribuição	18.5	-	-	-	(7.343)	(7.343)
Realização do custo atribuído	18.3		(1.323)		1.323	<u> </u>
Em 31 de dezembro de 2024		421.419	115.358	6.402	39.548	582.729

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do período		29.525	17.120
Valor residual de imobilizado baixado	12	4.003	1.834
Ativos Intangiveis		1.544	-
Provisão para contingências	24	1.270	2.400
Depreciação e exaustão	12	65.859	59.092
Amortização de ativos intangíveis		1.325	1.175
Depreciação dos ativos de direito de uso	13	6.168	5.574
Juros incorridos	15 e 13	31.336	23.540
Outras despesas financeiras	21	21.959	20.070
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	15	56.232	(7.746)
Variação dos contratos de instrumentos financeiros derivativos	25	(41.800)	22.981
Provisão para perdas de estoques	10	1.382	1.992
Provisão de perda esperada para crédito liquidação duvidosa	9	589	279
Despesas de imposto de renda e contribuição social		12.665	8.890
Variação em		192.057	157.201
Contas a receber de clientes		36.407	(37.480)
Estoques		33.821	(11.374)
Impostos a recuperar		(537)	(633)
Outros ativos		(703)	1.282
Fornecedores		(32.637)	3.067
Salários e encargos sociais		3.553	467
Impostos a recolher		(40.005)	5.083
Outras contas a pagar		, ,	
Adiantamentos de clientes		(12.823) 3.124	(30.117) 103
Adiantamentos de enences		3.124	103
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		182.257	87.599
Juros pagos	15	(30.882)	(22.329)
Imposto de renda e contribuição social pagos	13	(2.578)	(22.32)
imposto de renda e contitodição social pagos		(2.370)	
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operaciona	ais	148.797	65.270
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de ativo imobilizado	12	(92.287)	(62.004)
Aquisição de ativo intangível		(650)	(4.540)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento		(92.937)	(66.544)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos de dividendos	18	-	(41.432)
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos	25	(14.111)	(16.288)
Recebimento de instrumentos financeiros derivativos	25	5.627	
Empréstimos e financiamentos tomados	15	352.905	131.039
Pagamentos de arrendamento mercantil principal	13	(8.759)	(8.307)
Pagamentos de empréstimos	15	(157.561)	(65.351)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento		178.101	(339)
Caixa nquido usado nas atividades de imaneiamento		170.101	(337)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		233.961	(1.613)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8	53.511	55.124
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8	287.472	53.511
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		233.961	(1.613)

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

Receita bruta de vendas 19 76.271 678.41 678.41 670.25 6.50.40 70.001 6.50.25 6.50.40 70.001 6.50.47 70.001 7			31/12/2024	31/12/2023
10 10 10 10 10 10 10 10		10	776 271	670 411
1818 1818				
Muteria-prima e materiais	(-) Devoluções e cancelamentos	19_		
Matéria-prima e matérais (124.291) (114.727) Serviços profissionais de terceiros (85.783) (71.765) Energia elétrica (46.026) (43.326) Combustíveis e lubrificantes (75.535) (93.93) Embalageas e armazenamento (17.477) (14.898) Manutenção (30.882) (31.893) Gastos Corporativos (26.645) (24.208) Alaguéis (48.53) (31.00) Seguro Patrimonial (5.518) (3.940) Outras despesas e receitas operacionais (65.518) (3.940) Valor adicionado bruto 346.862 266.042 Depreciação e amortização 20 (72.027) (65.027) Valor adicionado líquido produzido pela entidade 274.835 201.015 Valor adicionado recebido em transferência 21 52.841 18.859 Receitas financeiras e variações cambiais ativas 21 52.841 18.859 Distribuição do valor adicionado (53.283) (35.430) Impostos, taxas e contribuições (53.283) (35.430)	Insumos adquiridos de terceiros		//0.040	0/2.4/1
Serviços profissionais de terceiros (88.783) (71.765)			(124 291)	(114 727)
Emergia elétrica				
Combustiveis e lubrificantes (75.535) (93.391) Embalagenes armazenamento (17.477) (14.898) Manutenção (30.882) (31.893) Gastos Corporativos (26.645) (24.208) Aluguéis (4.853) (3.100) Seguro Patrimonial (5.518) (3.940) Outras despesas e receitas operacionais (6.175) (5.081) Valor adicionado bruto 346.862 266.042 Pepreciação e amortização 20 (72.027) (65.027) Valor adicionado liquido produzido pela entidade 274.835 201.015 Valor adicionado recebido em transferência 2 2 2 2 2 65.27) 2 18.859 2 2 18.859 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 3 3 3 3 3 3 3 3 3 3 3 3 3 3 3 3			, ,	
Embalagens e armazenamento (17,477) (14,898) Manutenção (30,882) (31,893) Gastos Corporativos (26,645) (24,208) Aluguéis (4,853) (3,100) Seguro Patrimonial (5,518) (3,940) Outras despesas e receitas operacionais (61,75) (5,081) Valor adicionado bruto 346,862 266,042 Depreciação e amortização 20 (72,027) (65,027) Valor adicionado líquido produzido pela entidade 274,835 201,015 Valor adicionado recebido em transferência 21 52,841 18,859 Valor adicionado total a distribuir 327,676 219,874 Distribuição do valor adicionado Pessoal Remuneração e encargos 20 (53,283) (35,430) Impostos, taxas e contribuições (39,074) (15,132) Estaduais (92,012) (86,680) Municipais (39,074) (15,132) Estaduais (92,012) (86,680) Municipais (40,05)			` /	, ,
Manutenção (30.882) (31.893) Gastos Corporativos (26.645) (24.208) Aluguêis (4.853) (3.100) Seguro Patrimonial (5.518) (3.940) Outras despesas e receitas operacionais (40.6427) Valor adicionado bruto 346.862 266.042 Depreciação e amortização 20 (7.2027) (65.027) Valor adicionado líquido produzido pela entidade 274.835 201.015 Valor adicionado recebido em transferência 2 25.2841 18.859 Valor adicionado total a distribuir 327.676 219.874 Distribuição do valor adicionado Pessoal Remuneração e encargos 20 (53.283) (35.430) Impostos, taxas e contribuições (39.074) (15.132) Ecderais (39.074) (15.132) Estaduais (92.012) (86.80) Municipais (84) 1.108 Variação cambiais de terceiros (21 (57.466) (43.639) Variação de capitai de terceiros (1			, ,	` '
Gastos Corporativos (26.645) (24.208) Aluguéis (4.853) (3.100) Seguro Patrimonial (5.518) (3.940) Outras despesas e receitas operacionais (6.175) (5.081) Valor adicionado bruto 346.862 266.042 Depreciação e amortização 20 (72.027) (65.027) Valor adicionado líquido produzido pela entidade 274.835 201.015 Valor adicionado recebido em transferência Receitas financeiras e variações cambiais ativas 21 52.841 18.859 Valor adicionado total a distribuir 327.676 219.874 Distribuição do valor adicionado 20 (53.283) (35.430) Pessoal 2 (53.283) (35.430) Remuneração e encargos 20 (53.283) (35.430) Impostos, taxas e contribuições (39.074) (15.132) Estaduais (92.012) (86.680) Municipais (84) 1.108 Estaduais (92.012) (86.680) Variação cambial (20.012) (86.680) </td <td></td> <td></td> <td>` /</td> <td></td>			` /	
Aluguéis (4.853) (3.100) Seguro Patrimonial (5.518) (3.940) (5.081) (5.081) (5.081) (6.175) (5.081) (42.3184) (406.429) (406.429) (42.3184) (406.429) (42.3184) (406.429) (42.3184) (406.429) (42.3184) (406.429) (42.3184) (406.429) (42.3184) (406.429) (42.3184) (406.429) (42.3184) (406.429) (42.3184) (406.429) (4			. ,	
Seguro Patrimonial (5.518) (3.940) Outras despesas e receitas operacionais (6.175) (5.081) Valor adicionado bruto 346.862 266.042 Depreciação e amortização 20 (72.027) (65.027) Valor adicionado líquido produzido pela entidade 274.835 201.015 Valor adicionado recebido em transferência 21 52.841 18.859 Receitas financeiras e variações cambiais ativas 21 52.841 18.859 Valor adicionado total a distribuir 327.676 219.874 Distribuição do valor adicionado Pessoal Remuneração e encargos 20 (53.283) (35.430) Impostos, taxas e contribuições (53.283) (35.430) Federais (92.012) (86.680) Municipais (39.074) (15.132) Estaduais (92.012) (86.680) Municipais (39.074) (10.704) Percensas financeiras (21 (57.466) (43.639) Variação cambial (20 (20			. ,	` '
Outras despesas e receitas operacionais (6.175) (4.23.184) (4.06.427) Valor adicionado bruto 346.862 266.042 Depreciação e amortização 20 (72.027) (65.027) Valor adicionado líquido produzido pela entidade 274.835 201.015 Valor adicionado recebido em transferência 21 52.841 18.859 Receitas financeiras e variações cambiais ativas 21 52.841 18.859 Valor adicionado total a distribuir 327.676 219.874 Distribuição do valor adicionado Pessoal Remuneração e encargos 20 (53.283) (35.430) Impostos, taxas e contribuições 20 (53.283) (35.430) Federais (39.074) (15.132) Estaduais (92.012) (86.680) Municipais (84) 1.08 Remuneração de capitais de terceiros (31.170) (100.704) Juros e despesas financeiras 21 (57.466) (43.639) Variação cambial 21 (56.232) (22.918) Remuneração de capitais próprios (22.513) (13.055) <th< td=""><td>•</td><td></td><td></td><td></td></th<>	•			
Valor adicionado bruto 346.862 266.042 Depreciação e amortização 20 (72.027) (65.027) Valor adicionado líquido produzido pela entidade 274.835 201.015 Valor adicionado recebido em transferência 21 52.841 18.859 Receitas financeiras e variações cambiais ativas 21 52.841 18.859 Valor adicionado total a distribuir 327.676 219.874 Distribuição do valor adicionado Pessoal Remuneração e encargos 20 (53.283) (35.430) Impostos, taxas e contribuições (53.283) (35.430) Federais (39.074) (15.132) Estaduais (92.012) (86.680) Municipais (84) 1.108 Remuneração de capitais de terceiros 21 (57.466) (43.639) Variação cambial 21 (56.232) (22.981) Variação de capitais próprios (113.698) (66.620) Remuneração de capital proprio (Lucro no periodo não distribuido) (22.513) (13.055) Remun				
Valor adicionado bruto 346.862 266.042 Depreciação e amortização 20 (72.027) (65.027) Valor adicionado líquido produzido pela entidade 274.835 201.015 Valor adicionado recebido em transferência 21 52.841 18.859 Receitas financeiras e variações cambiais ativas 21 52.841 18.859 Valor adicionado total a distribuir 327.676 219.874 Distribuição do valor adicionado 20 (53.283) (35.430) Pessoal 20 (53.283) (35.430) Remuneração e encargos 20 (53.283) (35.430) Impostos, taxas e contribuições 7 (53.283) (35.430) Estaduais (92.012) (86.680) (81.108) Municipais (84) 1.108 Remuneração de capitais de terceiros 21 (57.466) (43.639) Variação cambial 21 (56.232) (22.981) Variação de capitais próprios (13.088) (66.620) Remuneração de capital proprio (Lucro no periodo não distribuido)	Outras despesas e receitas operacionais			
Depreciação e amortização 20 (72.027) (65.027) Valor adicionado líquido produzido pela entidade 274.835 201.015 Valor adicionado recebido em transferência Receitas financeiras e variações cambiais ativas 21 52.841 18.859 52.841 18.859			(423.164)	(400.429)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade 274.835 201.015 Valor adicionado recebido em transferência Receitas financeiras e variações cambiais ativas 21 52.841 18.859 Valor adicionado total a distribuir 327.676 219.874 Pessoal Remuneração e encargos 20 (53.283) (35.430) Impostos, taxas e contribuições 20 (53.283) (35.430) Estaduais (92.012) (86.680) Municipais (84) 1.108 Remuneração de capitais de terceiros (131.170) (100.704) Remuneração de capitais próprios 21 (57.466) (43.639) Variação cambial 21 (56.232) (22.981) Remuneração de capitais próprios (13.098) (66.620) Remuneração de capital proprio (Lucro no periodo não distribuído) (22.513) (13.055) Remuneração de capital proprio (Dividendos propostos) (7.012) (4.065) Parcela dos não controladores no lucro retido (29.525) (17.120)	Valor adicionado bruto		346.862	266.042
Valor adicionado recebido em transferência Receitas financeiras e variações cambiais ativas 21 52.841 18.859 Valor adicionado total a distribuir 327.676 219.874 Distribuição do valor adicionado Pessoal 20 (53.283) (35.430) Remuneração e encargos 20 (53.283) (35.430) Impostos, taxas e contribuições Federais (39.074) (15.132) Estaduais (92.012) (86.680) Municipais (84) 1.108 Remuneração de capitais de terceiros Juros e despesas financeiras 21 (57.466) (43.639) Variação cambial 21 (56.232) (22.981) Variação cambial 21 (56.232) (22.981) Remuneração de capitais próprios (113.698) (66.620) Remuneração de capital proprio (Lucro no periodo não distribuido) (22.513) (13.055) Remuneração de capital proprio (Dividendos propostos) (7.012) (4.065) Parcela dos não controladores no lucro retido	Depreciação e amortização	20	(72.027)	(65.027)
Receitas financeiras e variações cambiais ativas 21 52.841 18.859 Valor adicionado total a distribuir 327.676 219.874 Distribuição do valor adicionado Pessoal 20 (53.283) (35.430) Remuneração e encargos 20 (53.283) (35.430) Impostos, taxas e contribuições (92.012) (86.680) Estaduais (92.012) (86.680) Municipais (84) 1.108 Variação de capitais de terceiros 21 (57.466) (43.639) Variação cambial 21 (56.232) (22.981) Variação de capitais próprios (113.698) (66.620) Remuneração de capital proprio (Lucro no periodo não distribuído) (22.513) (13.055) Remuneração de capital proprio (Dividendos propostos) (7.012) (4.065) Parcela dos não controladores no lucro retido - -	Valor adicionado líquido produzido pela entidade		274.835	201.015
Receitas financeiras e variações cambiais ativas 21 52.841 18.859 Valor adicionado total a distribuir 327.676 219.874 Distribuição do valor adicionado Pessoal 20 (53.283) (35.430) Remuneração e encargos 20 (53.283) (35.430) Impostos, taxas e contribuições (92.012) (86.680) Estaduais (92.012) (86.680) Municipais (84) 1.108 Variação de capitais de terceiros 21 (57.466) (43.639) Variação cambial 21 (56.232) (22.981) Variação de capitais próprios (113.698) (66.620) Remuneração de capital proprio (Lucro no periodo não distribuído) (22.513) (13.055) Remuneração de capital proprio (Dividendos propostos) (7.012) (4.065) Parcela dos não controladores no lucro retido - -	Valor adicionado recebido em transferência			
Valor adicionado total a distribuir 52.841 18.859 Distribuição do valor adicionado Pessoal		21	52 841	18 859
Valor adicionado total a distribuir 327.676 219.874 Distribuição do valor adicionado Pessoal 20 (53.283) (35.430) Remuneração e encargos 20 (53.283) (35.430) Impostos, taxas e contribuições Federais (39.074) (15.132) Estaduais (92.012) (86.680) Municipais (84) 1.108 Municipais (84) 1.108 Juros e despesas financeiras 21 (57.466) (43.639) Variação cambial 21 (56.232) (22.981) Remuneração de capitais próprios (113.698) (66.620) Remuneração de capital proprio (Lucro no periodo não distribuido) (22.513) (13.055) Remuneração de capital proprio (Dividendos propostos) (7.012) (4.065) Parcela dos não controladores no lucro retido (29.525) (17.120)	Receitus illianeenas e variações camolais auvas			
Distribuição do valor adicionado Pessoal			021011	10,000
Pessoal Remuneração e encargos 20 (53.283) (35.430) Impostos, taxas e contribuições Federais (39.074) (15.132) Estaduais (92.012) (86.680) Municipais (84) 1.108 Variação de capitais de terceiros (131.170) (100.704) Remuneração de capitais próprios Remuneração de capitais próprios 21 (57.466) (43.639) (66.620) Remuneração de capitais próprios (113.698) (66.620) Remuneração de capital proprio (Lucro no periodo não distribuido) (22.513) (13.055) Remuneração de capital proprio (Dividendos propostos) (7.012) (4.065) Parcela dos não controladores no lucro retido (29.525) (17.120)	Valor adicionado total a distribuir	_	327.676	219.874
Remuneração e encargos 20 (53.283) (35.430) Impostos, taxas e contribuições Federais (39.074) (15.132) Estaduais (92.012) (86.680) Municipais (84) 1.108 Municipais (131.170) (100.704) Remuneração de capitais de terceiros Juros e despesas financeiras 21 (57.466) (43.639) Variação cambial 21 (56.232) (22.981) Remuneração de capitais próprios (113.698) (66.620) Remuneração de capital proprio (Lucro no periodo não distribuido) (22.513) (13.055) Remuneração de capital proprio (Dividendos propostos) (7.012) (4.065) Parcela dos não controladores no lucro retido - - (17.120)	Distribuição do valor adicionado			
Remuneração e encargos 20 (53.283) (35.430) Impostos, taxas e contribuições Federais (39.074) (15.132) Estaduais (92.012) (86.680) Municipais (84) 1.108 Municipais (131.170) (100.704) Remuneração de capitais de terceiros Juros e despesas financeiras 21 (57.466) (43.639) Variação cambial 21 (56.232) (22.981) Remuneração de capitais próprios (113.698) (66.620) Remuneração de capital proprio (Lucro no periodo não distribuido) (22.513) (13.055) Remuneração de capital proprio (Dividendos propostos) (7.012) (4.065) Parcela dos não controladores no lucro retido - - (17.120)	Pessoal			
Impostos, taxas e contribuições Federais (39.074) (15.132) Estaduais (92.012) (86.680) Municipais (84) 1.108 (131.170) (100.704) Remuneração de capitais de terceiros 21 (57.466) (43.639) Variação cambial 21 (56.232) (22.981) Remuneração de capitais próprios (113.698) (66.620) Remuneração de capital proprio (Lucro no periodo não distribuido) (22.513) (13.055) Remuneração de capital proprio (Dividendos propostos) (7.012) (4.065) Parcela dos não controladores no lucro retido - (29.525) (17.120)		20	(53.283)	(35.430)
Impostos, taxas e contribuições Federais (39.074) (15.132) Estaduais (92.012) (86.680) Municipais (84) 1.108 Municipais (131.170) (100.704) Remuneração de capitais de terceiros				
Federais (39.074) (15.132) Estaduais (92.012) (86.680) Municipais (84) 1.108 (131.170) (100.704) Remuneração de capitais de terceiros Juros e despesas financeiras 21 (57.466) (43.639) Variação cambial 21 (56.232) (22.981) Remuneração de capitais próprios Remuneração de capital proprio (Lucro no periodo não distribuido) (22.513) (13.055) Remuneração de capital proprio (Dividendos propostos) (7.012) (4.065) Parcela dos não controladores no lucro retido - (29.525) (17.120)	Impostos, taxas e contribuições		(*******)	(001100)
Estaduais (92.012) (86.680) Municipais (84) 1.108 Remuneração de capitais de terceiros Juros e despesas financeiras 21 (57.466) (43.639) Variação cambial 21 (56.232) (22.981) Remuneração de capitais próprios Remuneração de capital proprio (Lucro no periodo não distribuido) (22.513) (13.055) Remuneração de capital proprio (Dividendos propostos) (7.012) (4.065) Parcela dos não controladores no lucro retido - (29.525) (17.120)			(39.074)	(15.132)
Municipais (84) 1.108 Remuneração de capitais de terceiros 3 (131.170) (100.704) Juros e despesas financeiras 21 (57.466) (43.639) Variação cambial 21 (56.232) (22.981) Remuneração de capitais próprios (113.698) (66.620) Remuneração de capital proprio (Lucro no periodo não distribuido) (22.513) (13.055) Remuneração de capital proprio (Dividendos propostos) (7.012) (4.065) Parcela dos não controladores no lucro retido - - (29.525) (17.120)				
Remuneração de capitais de terceiros 21 (57.466) (43.639) Variação cambial 21 (56.232) (22.981) Remuneração de capitais próprios (113.698) (66.620) Remuneração de capital proprio (Lucro no periodo não distribuido) (22.513) (13.055) Remuneração de capital proprio (Dividendos propostos) (7.012) (4.065) Parcela dos não controladores no lucro retido - (29.525) (17.120)				
Remuneração de capitais de terceiros Juros e despesas financeiras 21 (57.466) (43.639) Variação cambial 21 (56.232) (22.981) Remuneração de capitais próprios (113.698) (66.620) Remuneração de capital proprio (Lucro no periodo não distribuido) (22.513) (13.055) (13.055) Remuneração de capital proprio (Dividendos propostos) (7.012) (4.065) Parcela dos não controladores no lucro retido - (29.525) (17.120)		_		
Juros e despesas financeiras 21 (57.466) (43.639) Variação cambial 21 (56.232) (22.981) Remuneração de capitais próprios (113.698) (66.620) Remuneração de capital proprio (Lucro no periodo não distribuido) (22.513) (13.055) (13.055) Remuneração de capital proprio (Dividendos propostos) (7.012) (4.065) Parcela dos não controladores no lucro retido - (29.525) (17.120)			()	(,
Variação cambial 21 (56.232) (22.981) Remuneração de capitais próprios (66.620) Remuneração de capital proprio (Lucro no periodo não distribuido) (22.513) (13.055) Remuneração de capital proprio (Dividendos propostos) (7.012) (4.065) Parcela dos não controladores no lucro retido - (29.525) (17.120)	Remuneração de capitais de terceiros			
Variação cambial 21 (56.232) (22.981) Remuneração de capitais próprios (66.620) Remuneração de capital proprio (Lucro no periodo não distribuido) (22.513) (13.055) Remuneração de capital proprio (Dividendos propostos) (7.012) (4.065) Parcela dos não controladores no lucro retido - (29.525) (17.120)	Juros e despesas financeiras	21	(57.466)	(43.639)
Remuneração de capitais próprios Remuneração de capital proprio (Lucro no periodo não distribuido) Remuneração de capital proprio (Dividendos propostos) Parcela dos não controladores no lucro retido (29.525) (17.120)	Variação cambial	21		
Remuneração de capital proprio (Lucro no periodo não distribuido) (22.513) (13.055) Remuneração de capital proprio (Dividendos propostos) (7.012) (4.065) Parcela dos não controladores no lucro retido (29.525) (17.120)				
Remuneração de capital proprio (Lucro no periodo não distribuido) (22.513) (13.055) Remuneração de capital proprio (Dividendos propostos) (7.012) (4.065) Parcela dos não controladores no lucro retido (29.525) (17.120)	Remuneração de capitais próprios		, ,	` /
Remuneração de capital proprio (Dividendos propostos) Parcela dos não controladores no lucro retido (29.525) (4.065) (17.120)			(22.513)	(13.055)
Parcela dos não controladores no lucro retido (29.525) (17.120)				
(29.525) (17.120)			-	()
Valor adicionado total distribuído (327.676) (219.874)			(29.525)	(17.120)
	Valor adicionado total distribuído	_	(327.676)	(219.874)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Companhia tem como objeto social a fabricação de cimento e a extração de calcário, atuando predominantemente nas regiões Sul e Sudeste do Brasil.

Sua operação envolve o fornecimento desses insumos tanto para clientes externos quanto para sua controladora, Supremo Cimentos.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentava capital circulante líquido positivo, com um excedente de ativos circulantes sobre passivos circulantes no montante de R\$ 94.860 (contra um capital circulante líquido negativo de R\$ 70.182 em 31 de dezembro de 2023). Esse aumento reflete principalmente a captação de novos empréstimos ao longo do ano, incluindo a emissão de uma debênture no valor de R\$ 250.000 e o incremento da geração de caixa operacional ao longo do exercício de 2024.

A captação da debênture foi um marco estratégico para a Companhia, permitindo o alongamento do perfil de endividamento e a substituição de vencimentos de curto prazo por passivos de longo prazo, fortalecendo sua estrutura financeira. Paralelamente, a recuperação operacional, com aumento da produção, vendas e geração de resultado operacional, possibilitou uma maior geração de caixa interna.

Adicionalmente, destaca-se que o ativo circulante da Companhia apresenta um prazo médio de recebimento entre 30 e 45 dias, enquanto o passivo circulante reflete as obrigações financeiras de curto prazo, incluindo vencimentos de financiamentos dentro do período de 12 meses. A melhora no capital circulante líquido demonstra um equilíbrio financeiro mais favorável, garantindo maior previsibilidade e flexibilidade para a execução da estratégia da companhia em 2025

Ao longo do exercício, a gestão da estrutura de capital manteve-se focada na redução da pressão de vencimentos de curto prazo, no fortalecimento da posição financeira e na otimização do perfil de liquidez, de modo a garantir maior previsibilidade e estabilidade financeira no suporte às operações da companhia.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 18 de março de 2025. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar tais demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 7.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Mudança de práticas contábeis

Uma série de novas normas contábeis entraram em vigor para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2024, as quais estão descritas abaixo:

- Passivos não circulantes com cláusulas restritivas Alterações ao CPC 26;
- Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes Alterações ao CPC 26;
- Passivo de arrendamento em uma venda e arrendamento posterior Alterações ao CPC 06;
- Acordos de financiamento de fornecedores Alterações ao CPC 03 e CPC 40.

A Companhia avaliou as novas normas em vigor e considerou as mesmas durante a preparação das demonstrações contábeis, não havendo impactos contábeis.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamento

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos na aplicação de políticas contábeis, bem como sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2024 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício social estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 9 mensuração da perda de crédito esperada para contas a receber de clientes;
- Nota explicativa 12 vidas úteis e valor residual do ativo imobilizado
- Nota explicativa 13 direitos de uso
- Nota explicativa 22 reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Nota explicativa 24** reconhecimento e mensuração de provisões para litígios: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude da saída de recursos; e

• Nota explicativa 25 – determinação do valor justo dos instrumentos financeiros

6 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos que são mensurados pelo valor justo.

7 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

7.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimento original de até três meses que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.

7.2 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de calcário, cimento e concreto no curso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes são totalmente classificadas no ativo circulante, pois o prazo de recebimento é inferior a um ano.

As contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa ("PECLD" ou *imparidade*).

7.3 Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais: e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e juros

Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a V.IR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transferem nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Se a Companhia realizar transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Instrumentos financeiros derivativos

A companhia possui contratos indexados em moeda estrangeira e para tanto realizou a contratação de instrumentos financeiros para proteção cambial.

7.4 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é determinado pelo método do custo médio ponderado. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado menos custos para concluir e vender.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, embalagem, outros custos diretos e indiretos de produção (com base na capacidade operacional normal).

7.5 Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado são demonstrados pelo custo histórico menos o valor da depreciação e

de qualquer valor não recuperável acumulado. O custo histórico foi ajustado para refletir o custo atribuído dos terrenos e jazidas minerais na data de transição para adoção dos CPCs/IFRS. O custo histórico inclui os custos com financiamento relacionados com a construção de edificações, custos com obtenção de autorizações de operação junto aos órgãos ambientais e gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração.

A Companhia inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que este custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos. O valor contábil das peças substituídas é baixado e todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos.

Quando da comprovação efetiva da viabilidade econômica da exploração comercial de determinada jazida, os correspondentes gastos com estudos e pesquisas minerais incorridos são capitalizados como custo de formação da mina.

Os custos com a aquisição de direitos de exploração de minas são capitalizados e amortizados com base na exaustão de minas. Após o início da fase produtiva da mina, esses gastos são amortizados e tratados como custo de produção. A exaustão de recursos minerais é calculada com base na vida útil econômica estimada que reflete a expectativa da quantidade de minério a ser extraído.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

Os terrenos não são depreciados. A amortização da jazida e do custo com o seu decapeamento são feitas em função da quantidade anual extraída (exaurida) de minério. A depreciação de outros ativos é calculada com base no método linear para reduzir seu custo ao valor realizável através de suas vidas úteis econômicas, que é estimada, para os dois exercícios apresentados, como segue:

Edificações40 anosJazidas minerais44 anosOutros5-10 anosMáquinas e equipamentos18 a 30 anos

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado. A Companhia não tem ativos de longo prazo que espera abandonar ou alienar e que exigiriam a constituição de provisão para obrigações por descontinuação de ativos.

7.6 Intangível

Compreende custos incorridos para adquirir e preparar os *softwares* para sua utilização. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimável de cinco anos a partir da data de início de sua utilização.

7.7 Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros, exceto estoques

Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável (impairment), o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa à qual o ativo tenha sido alocado) é testado. Uma perda é reconhecida pelo valor em que o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo (ou de uma UGC), menos as despesas de venda, e o valor em uso. Para fins de avaliação de perda, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros que tenham sofrido redução são revisados para identificar uma possível reversão da provisão para perdas por impairment na data do balanço.

7.8 Provisões para perdas por impairment em ativos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia são reconhecidos e mensurados de acordo com as normas contábeis aplicáveis. A classificação e a mensuração desses ativos seguem critérios estabelecidos com base no modelo de negócios da Companhia e nas características dos fluxos de caixa contratualmente definidos.

Os ativos financeiros são classificados na categoria de "Mensurados ao custo amortizado" que incluem instrumentos financeiros cujo objetivo é receber fluxos de caixa contratuais, sendo esses fluxos unicamente pagamentos de principal e juros.

A mensuração inicial dos ativos financeiros ocorre pelo valor justo, acrescido dos custos de transação, quando aplicável. A mensuração subsequente segue a classificação apropriada ao instrumento.

Perdas por Redução ao Valor Recuperável (Impairment)

A Companhia avalia periodicamente a necessidade de reconhecimento de perdas esperadas em ativos financeiros, utilizando modelos baseados na experiência histórica e em fatores prospectivos, em conformidade com as normas vigentes. Essa análise considera a probabilidade de inadimplência e as condições econômicas que possam impactar a capacidade de pagamento dos devedores.

Exposição ao Risco e Gestão de Riscos

Os principais riscos associados aos ativos financeiros incluem:

- Risco de crédito: monitorado através de análises de solvência dos clientes e contrapartes.
- Risco de mercado: relacionado à variação de taxas de juros e oscilações cambiais.
- Risco de liquidez: gerenciado por meio de controles rigorosos de fluxo de caixa e diversificação de investimentos.

7.9 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo integralmente classificados como passivo circulante pois o pagamento é devido no período de até um ano.

Elas são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva.

7.10 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que se tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço patrimonial.

7.11 Capital social

É representado por ações ordinárias e preferenciais que são classificadas no patrimônio líquido.

7.12 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos.

a. Venda de produtos

O reconhecimento da receita baseia-se na venda de produto, cimento e calcário.

As vendas são feitas substancialmente a prazo, com prazo médio para recebimentos de 30 dias. Essas vendas são reconhecidas, em geral, quando o controle sobre o produto é transferido para os clientes, o que acontece substancialmente quando os produtos são disponibilizados ao transportador, haja vista que as vendas são substancialmente FOB (*Free on Board*).

b. Prestação de serviços

As vendas de prestação de serviço de concretagem são feitas substancialmente a prazo, com prazo médio para recebimentos de 30 dias. Essas prestações de serviços de concretagem são reconhecidas quando na prestação de serviço ao cliente.

c. Receita financeira

A receita financeira é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva.

7.13 Provisões

As provisões para recuperação ambiental, custos de reestruturação e ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de

contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

7.14 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Companhia determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e, portanto, foram contabilizados de acordo com o CPC 25/IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

a. Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

b. Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são

determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

7.15 Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

7.16 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.

2024

2024

2022

- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.
- Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.
- A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de sobras ou perdas, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

8 Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Caixa e depósitos bancários em conta-corrente	665	164
Aplicações financeiras	286.807	53.347
	287.472	53.511

As aplicações financeiras são realizadas em instituições financeiras brasileiras de primeira linha em Certificados de Depósitos Bancários possuem liquidez imediata e rendimentos atrelados à variação entre 80% a 101,5% em 31 de dezembro de 2024 (80% a 101,5% em 31 de dezembro de 2023), e do Certificado de Depósitos Interbancários (CDI), sem risco de mudança significativa de valor em caso de resgate antecipado.

9 Contas a receber

	2024	2023
Contas a receber de clientes terceiros	39.480	33.776
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 23)	7.194	49.306
Provisão para perdas esperadas por redução ao valor recuperável	(2.645)	(2.056)
	44.029	81.026

A Companhia é cedente dos direitos creditórios mediante contrato de financiamento da parte relacionada, Supremo Cimento S.A. contraído junto ao Banco Itaú S.A, cujo montante das garantias em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 12.000 (R\$ 20.000 em 31 de dezembro de 2023).

A composição do saldo de contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	2024	2023
A vencer	44.029	81.026
Vencidos até 90 dias	1.116	809
Vencidos até 180 dias	46	141
Vencidos acima de 180 dias	1.483	1.106
Provisão para perdas esperadas por redução ao valor recuperável	(2.645)	(2.056)
	44.029	81.026

A provisão para perda esperada por redução ao valor recuperável é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas prováveis nas contas a receber de clientes. A imparidade é calculada com base na avaliação individual da situação de cada cliente e na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos. A movimentação no período encontra-se apresentada a seguir:

	5 1	U	2024	2023
	Saldo inicial		(2.056)	(1.776)
	Constituições		(710)	(489)
	Reversões		121	209
			(2.645)	(2.056)
10	Estoques			
	_		2024	2023
	Matéria-prima e outros materiais		47.874	83.259
	Produtos acabados		8.797	7.219
	Provisão para perdas de estoque		(4.808)	(3.426)
			51.863	87.052

A Administração avalia de forma constante os estoques da Companhia quanto a eventuais perdas por obsolescência, desvalorização, bem como quaisquer outras circunstâncias e condições que possam ocasionar perdas nos valores contábeis registrados. Em 31 de dezembro de 2024 a Administração identificou a necessidade de constituir provisão para perdas de estoque de R\$ 4.808 (R\$ 3.426 em 31 de dezembro de 2023).

	2024	2023
Saldo inicial	(3.426)	(1.434)
Constituições	(1.382)	(1.992)
	(4.808)	(3.426)

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia registrou uma redução na conta de matéria-prima, essa variação foi decorrente ao consumo do insumo coque.

11 Impostos a recuperar

	2024	2023
ICMS (a)	13.267	8.983
Imposto de renda retido na fonte	1.207	1.441
IPI	2.029	2.062
PIS/COFINS sobre aquisição de ativo permanente (a)	34.790	38.264
Outros	-	6
	51.293	50.756
	 -	
Circulante	9.943	16.349
Não circulante	41.350	34.407

(a) Em função das aquisições de imobilizado para a construção da fábrica a Companhia acumulou o ICMS, PIS/COFINS sobre essas aquisições que está compensando com o início da operação que ocorreu em Abril de 2015.

12 Imobilizado

	Terrenos	Jazida Minerais	Edificações	Máquinas e Equipamentos	Equipamentos Transporte	Veículos	Outros	Imobilizado em Andamento	Total
Custo Em 1º de janeiro de 2023	36.070	199.944	360.656	680.838	19.258	142	11.275	26.105	1.334.288
Adições Baixas Transferência	- - -	- - -	327 (140) 807	4.879 (2.688) 5.050	10.523	222	2.248 (96) 73	43.805 (1.492) (5.930)	62.004 (4.416)
Em 31 de dezembro de 2023 Adições Baixas Transferência	36.070 170 -	199.944 - - -	361.650 1.533 15.595	688.079 4.083 - 70.376	29.781 30.707 (5.278) 1.273	364	13.500 397 (3) (658)	62.488 62.071 - (86.586)	1.391.876 98.961 (5.281)
Em 31 de dezembro de 2024	36.240	199.944	378.778	762.538	56.483	364	13.236	37.973	1.485.556
Depreciação e exaustão acumulados Em 1º de janeiro de 2023		(23.255)	(65.108)	(241.301)	(7.706)	(141)	(7.090)	-	(344.601)
Depreciação e exaustão Baixa por alienação	- -	(4.628)	(10.044) 152	(41.586) 2.333	(1.415)	(17)	(1.402) 97	-	(59.092) 2.582
Em 31 de dezembro de 2023		(27.883)	(75.000)	(280.554)	(9.121)	(158)	(8.395)		(401.111)
Depreciação e exaustão Baixa por alienação	-	(2.932)	(10.511)	(44.507)	(6.562) 1.278	(44)	(1.303)	-	(65.859) 1.278
Em 31 de dezembro de 2024		(30.815)	(85.511)	(325.061)	(14.405)	(202)	(9.698)	<u> </u>	(465.692)
Valor contábil Em 1º de janeiro de 2023	36.070	176.689	295.548	439.537	11.552	1	4.185	26.105	989.687
Em 31 de dezembro de 2023	36.070	172.061	286.650	407.525	20.660	206	5.105	62.488	990.765
Em 31 de dezembro de 2024	36.240	169.129	293.267	437.477	42.078	162	3.538	37.973	1.019.864

Avaliação para redução ao valor recuperável de ativos

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 a Administração realizou testes com o objetivo de identificar a existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar registrados acima do seu valor recuperável. Após tais análises a Administração não identificou indicadores, internos ou externos, de que os valores recuperáveis desses ativos sejam inferiores aos seus valores contábeis, consequentemente, nenhuma provisão para perdas foi constituída.

Principais imobilizados em andamento

Em 31 de dezembro de 2024 havia um saldo aproximado de R\$ 13.000 em projetos em andamento (saldo orçamentário), sendo 80% destinados à sustentação da operação e 20% a projetos de desenvolvimento.

Dentre os projetos de sustentação, R\$ 5.000 estão orçados como Carry Over para 2025, enquanto o saldo restante está em análise pela equipe de projetos para possível encerramento.

Os principais investimentos nesta categoria incluem:

- Aquisição de sistema de refrigeração e purificação de água (fire up) R\$ 700 (industrial);
- Manutenção do rolo do moinho de cimento R\$ 600 (industrial);
- Regularização fundiária R\$ 1.000 (mina).

Já nos projetos de desenvolvimento, destaca-se a regularização fundiária da Fazenda Ilha, com um investimento de R\$ 3.800 (mina), em Carry Over.

Revisão das vidas úteis

As taxas de depreciação do ativo imobilizado foram revisadas durante o exercício, conforme requerido pelo CPC 27 / IAS 16 - Ativo Imobilizado, sendo que a Companhia não identificou a necessidade de alterar as taxas de depreciação/vidas úteis utilizadas no exercício anterior.

13 Direito de uso e Arrendamentos

-	31/12/2024					
Imobilizado	Edificações	Terrenos	Equipamentos de Transporte	Veículos	Equipamentos Informática	Total
Em 1° de janeiro de 2024	1.413	329	2.365	2.112	41	6.260
Adições	2.974	621	1.540	2.671	180	7.986
Baixas	(815)	(12)	(571)	(140)	(6)	(1.544)
Depreciação no período (*)	(453)	(485)	(2.556)	(2.549)	(125)	(6.168)
Saldo em 31/12/2024	3.119	453	778	2.094	90	6.534

21/12/2024

-	31/12/2023					
Imobilizado	Edificações	Terrenos	Equipamentos de Transporte	Veículos	Equipamentos Informática	Total
Em 1° de janeiro de 2023 Adições	912 1.459	83 426	2.203 2.641	3.053 2.770	62 16	6.313 7.312
Baixas	-	(77)	-	(1.709)	(1)	(1.787)
Depreciação no período (*)	(958)	(103)	(2.479)	(2.002)	(32)	(5.574)
Saldo em 31/12/2023	1.413	329	2.365	2.112	41	6.260

(*) As vidas úteis definidas para depreciação são de aproximadamente 5 anos.

14

O passivo de arrendamento foi reconhecido pelo valor presente dos seus pagamentos à uma taxa de desconto e o ativo de direito de uso em montante equivalente a esse passivo.

As taxas utilizadas para o cálculo foram conforme tempo do arrendamento:

Tempo determinado de arrendamento		Percentual
Até um ano De um ano a três anos De três anos a cinco anos		14,38 % a.a 14,77 % a.a 14,26 % a.a
		31/12/2024
Dívida reconhecida em 31 de dezembro de 2023 Pagamentos parcela Adição Juros	-	7.073 (8.321) 7.986 774
Saldo 31 de dezembro de 2024 Curto Prazo Saldo 31 de dezembro de 2024 Longo Prazo	-	3.533 3.979
		31/12/2023
Dívida reconhecida em 31 de dezembro de 2022 Pagamentos parcela Adição Juros	-	6.908 (10.105) 9.371 899
Saldo 31 de dezembro de 2023 Curto Prazo Saldo 31 de dezembro de 2023 Longo Prazo	=	5.841 1.232
Vencimento das parcelas 31/12/2024	Valores em R\$	Percentual
Um ano (2025) Dois anos (2026) Três anos (2027)	3.533 2.035 1.944 7.512	47% 27% 26% 100%
Fornecedores	2024	2023
Fornecedores nacionais Fornecedores de ativo fixo nacionais Fornecedores de ativo fixo mercado externo Fornecedores partes relacionadas (Nota explicativa 24)	38.611 5.084 1.590 348	43.062 5.123 7.792 26.114
	45.633	82.091

Os saldos a pagar são denominados em reais no caso de contas a pagar no mercado nacional e em dólares para as aquisições do mercado externo.

15 Empréstimos e financiamentos

	2024	2023
Empréstimos e financiamentos	600.459	328.201
Custos de captação recurso	-	(302)
Encargos	4.464	3.969
	CO4 022	221.060
Total	604.923	331.868

Os montantes devidos, termos e prazos para cada empréstimo estão apresentados abaixo:

			Vencime nto	Circu	ılante	Não circ	ulante	To	tal
Modalidade	Moeda	Encargos anuais	Final	2024	2023	2024	2023	2024	2023
EKF/ELO	R\$	CDI+1,35%	2024	-	20.050	-	10.025	-	30.075
Custo de captação recursos				-	(288)	-	(14)	-	-302
Encargos apropriados					1.694	-			1.694
					21.456		10.011		31.467
Ativo Fixo	R\$	IPCA+8,41 %	2029	16.957	13.035	58.139	54.311	75.096	67.346
Encargos apropriados				322	223	-	-	322	223
				17.279	13.258	58.139	54.311	75.418	67.569
Capital de Giro	USD/EUR/R \$	Libor +1,25%	2029	225.362	103.320	300.000	127.460	525.362	230.780
Encargos apropriados				4.143	2.052			4.143	2.052
				229.505	105.372	300.000	127.460	529.505	232.832
Total				246.784	140.086	358.139	191.782	604.923	331.868

Em 16 de outubro de 2013, a Companhia celebrou contrato de financiamento de longo-prazo com o *Eksportlaaneordningen* (ELO) da agência de crédito à exportação da Dinamarca (*EksportKreditFonden* ou EKF), "Financiamento EKF/ELO", tendo o principal no valor de R\$ 200.500, contrato liquidado em julho de 2024.

Em 13 de fevereiro de 2019, a Companhia firmou contrato de financiamento de longo prazo com o Banco Nacional de Desenvolvimento e Social (BNDES) no valor de R\$ 95.000 tendo o desembolso ocorrido ao longo de 2020, no montante total de R\$ 91.242. Estes fundos foram utilizados para suportar o plano de investimentos, já concluído. Trata-se de um financiamento com prazo de amortização de 10 anos, com 3 anos de carência, que permitiu, na época, o alongamento do prazo médio da dívida da companhia. Este financiamento está garantido por uma Stand by Letter of Credit do BBVA, por sua vez garantida pela Secil. O saldo

remanescente em 31 de dezembro de 2024 é de 54.310 (R\$ 67.345 em 2023).

Em maio de 2024, a Companhia firmou um contrato de empréstimo através da linha Finame para financiamento de bens móveis, no montante de R\$ 22.650 com prazo de 6 anos e amortizações mensais. O saldo em 31 de dezembro é de R\$ 20.786.

Capital de giro

No primeiro semestre de 2023 a Companhia contratou Empréstimo em reais no montante de R\$ 50.000 com vencimento bullet para 36 meses, com pagamento de juros trimestrais.

A Companhia possui emissão de debentures como parte de sua estratégia de captação de recursos para financiar suas atividades operacionais e projetos de expansão. As debentures emitidas são títulos de dívida que conferem aos seus titulares o direito de receber remuneração sob a forma de juros, amortização do principal e eventuais prêmios, conforme os termos especificados nos contratos de emissão.

As principais características das debentures em circulação em 2024 são as seguintes:

Quantidade emitida: 250.000 Valor nominal unitário: R\$ 1.000

Data emissão: 09/12/2024 Data vencimento: 13/12/2029 Remuneração: CDI + 2%

Forma de pagamento: vencimento bullet para 60 meses, com pagamento de juros semestral.

Durante o primeiro semestre de 2024 a Companhia contratou dois Empréstimos Externo sob a Lei n°4131 no montante de R\$ 53.700 e outro em R\$ 49.256 ambos com vencimento bullet para 12 meses e pagamento de juros trimestrais.

No mesmo ato, e em conformidade com essa Lei e obrigações do Banco Central do Brasil, que determina que os financiamentos sejam cobertos via instrumento de hedge perfeito, esses financiamentos foram integralmente cobertos via swap cambial e de taxa de juro do dólar (Libor) /euro (Euribor).

No final de cada mês, a Companhia atualiza o valor do empréstimo de USD/EUR para reais. Os contratos de swap são atualizados em função da taxa da marcação a mercado, registrando os seus valores justos (i) quando positivos, no ativo na rubrica "Instrumentos financeiros derivativos ativos" (ii) quando negativos, no passivo, na rubrica "Instrumentos financeiros passivos". Em 31 de dezembro de 2024, o valor justo do instrumento derivativo de R\$ 37.982 foi classificado no ativo circulante (R\$ 11.421 no passivo circulante em 31 de dezembro de 2023).

Informações sobre a exposição da Companhia à taxa de juros, moeda estrangeira e risco de liquidez estão incluídas na nota explicativa 25.

O cronograma dos vencimentos das parcelas de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2024 é demonstrado a seguir:

Vencimento das parcelas	Valores em R\$ 2024	Valores em R\$ 2023
Um ano (2025)	246.784	140.086
Dois anos (2026)	63.035	105.660
Três anos (2027)	13.035	63.035
Quatro anos (2028)	13.035	13.035
Maior ou igual a cinco anos (2028 e seguintes)	269.034	14.120
	604.923	331.868

A seguir demonstramos a movimentação dos saldos de empréstimos em 2024:

	Saldo inicial	Adições	Variação Cambial	Juros Incorridos	Amortização	Juros pagos	Saldo Final
Ativo Fixo Capital Giro	99.036 232.832	21.195 352.905	56.232	7.688 22.874	(43.432) (114.129)	(9.673) (21.209)	75.418 529.505
	331.868	374.100	56.232	30.562	(157.561)	(30.882)	604.923

A seguir demonstramos a movimentação dos saldos de empréstimos em 2023:

	Saldo inicial	Adições	Variação Cambial	Juros Incorridos	Amortização	Juros pagos	Saldo Final
Ativo Fixo Capital Giro	139.940 139.775	131.039	(7.746)	12.209 11.331	(33.084) (32.267)	(13.029) (9.300)	99.036 232.832
	272.715	131.039	(7.746)	23.540	(65.351)	(22.329)	331.868

16 Impostos a recolher

impostos a recomer	2024	2023
Paraná Competitivo (*)	190.214	212.522
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	5.164	5.617
Pis	264	32
Cofins	1.229	148
Imposto Sobre Serviços (Retenção ISSQN)	74	133
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	647	417
Outros (CFEM, CSRF, INSS, Outras obrigações tributárias)	2.057	1.404
	199.649	220.273
Passivo circulante	29.962	38.704
Passivo não circulante	169.687	181.569

(*) O saldo refere-se a ICMS a recolher relativo ao benefício fiscal do Paraná Competitivo que posterga o recolhimento do tributo para 96 meses, cuja postergação iniciou em agosto de 2015 e se encerrou em 2023.

17 Outras contas a pagar

	2024	2023
Passivo circulante		
Outras contas a pagar (i)	4.663	5.907
Outras contas a pagar - partes relacionadas (Nota explicativa 24c)	5.682	27.965
Total passivo circulante	10.345	33.872
Passivo não circulante		
Provisão para compensação ambiental	54	50
Total passivo não circulante	54	50

(i) O saldo de outras contas a pagar no passivo circulante contém provisões de pagamentos de despesas operacionais tais como provisão de energia elétrica de R\$ 2.454 (R\$ 3.036 em 31 de dezembro de 2023), provisão de fretes sobre compras e sobre vendas de R\$ 563 (R\$ 817 em 31 de dezembro de 2023), provisão de aquisição de produtos ou serviços recebidos no mês cujas notas fiscais ainda não tinham sido recebidas de R\$ 1.642 (R\$ 1.989 em 31 de dezembro de 2023), portanto, não foram escrituradas até o encerramento do exercício.

18 Patrimônio líquido

18.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 capital social subscrito e integralizado é de R\$ 421.419 e representado por 421.419 ações ordinárias e preferenciais nominativas em ambos os anos, todas emitidas ao valor nominal de R\$ 1,00 por ação as quais são todas de propriedade da Supremo Cimentos S.A.

18.2 Lucro líquido por ação

O lucro líquido básico por ações é calculado mediante divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade pela quantidade de ações em circulação no final dos exercícios. Não há instrumentos de patrimônio que possam gerar a diluição do lucro por ação. Portanto, o lucro por ação básico é igual ao diluído.

	2024	2023
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	29.525	17.120
Média ponderada das ações em circulação no ano	421.419	421.419
Lucro básico por ações no final do exercício	0,07006	0,04062

18.3 Ajuste de avaliação patrimonial

A Companhia reconhece nessa rubrica a contrapartida do custo atribuído do ativo imobilizado registrado quando da adoção do CPCs/IFRS. Sua realização se dá na proporção da depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens do ativo imobilizado, que é registrada contra lucros acumulados.

18.4 Reserva de lucros

Nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76 a Companhia deverá constituir reserva legal à razão de 5% do lucro líquido do exercício, após compensações com prejuízos acumulados, e o saldo da reserva não deverá exceder a 20% do capital social.

A Companhia constituiu Reserva Legal em 2024, no montante de R\$ 1.476 (R\$ 856 em 2023).

18.5 Distribuição de dividendos

O Estatuto Social prevê que, do lucro líquido apurado no exercício, após a compensação dos prejuízos acumulados e constituição de reserva legal, será deliberada a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios aos acionistas de 25%. Qualquer valor excedente mínimo obrigatório somente é provisionado quando for aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral.

Em 25 de maio de 2023 a Companhia deliberou, através de Assembleia Geral Extraordinária, a distribuição de dividendos no montante de R\$ 41.432, os quais foram pagos em 21 de agosto de 2023.

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia constitui provisão do dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$ 7.343.

19 Receitas de vendas

	2024	2023
Receita bruta de vendas	776.271	678.411
Coque	3.646	25.319
Cimento	630.508	599.191
Clinquer	51.407	45.913
Serviços de Concretagem (*)	89.761	6.792
Receitas diversas	949	1.196
Impostos incidentes sobre vendas e devoluções	(179.591)	(169.366)
	596.680	509.045

^(*) Em 2024 a Companhia realizou a transferência do segmento serviços de concretagem, essa operação está alinhada à estratégia da Companhia. A Companhia recebeu a transferência deste seu segmento da sua Controladora Supremo Cimentos S.A.

20 Despesas por natureza

_ cspessus por	2024	2023
Matéria-prima e materiais	(92.294)	(69.761)
Gastos com pessoal	(53.283)	(35.430)
Depreciação e exaustão	(65.859)	(59.092)
Depreciação direito de uso	(6.168)	(5.935)
Serviços profissionais de terceiros	(76.734)	(63.344)
Energia elétrica	(32.754)	(33.357)
Combustíveis e lubrificantes	(74.217)	(92.206)
Embalagens e armazenamento	(17.477)	(14.898)
Manutenção	(29.078)	(24.922)
Gastos Corporativos	(26.645)	(24.208)
Aluguéis	(4.853)	(3.100)
Seguro Patrimonial	(5.518)	(3.940)
Outras despesas e receitas operacionais	(6.175)	(5.081)
	(491.055)	(435.274)

	como:

	2024	2023
Custo produtos vendidos	(395.701)	(353.276)
Despesas administrativas	(21.191)	(16.724)
Despesas comerciais	(73.486)	(64.842)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(590)	(279)
Outras despesas operacionais líquidas	(87)	(153)
	(491.055)	(435.274)

21 Receitas e despesas financeiras

-	2024	2023
Despesa de juros sobre empréstimos	(30.562)	(23.540)
Despesas de juros pagos a fornecedor	(152)	(29)
Variação a mercado de instrumentos financeiros (*)	-	(22.981)
Variação cambial líquida	(56.232)	-
Variação cambial operacional	(8.935)	(4.828)
Outras despesas financeiras (**)	(17.817)	(15.242)
Despesas financeiras	(113.698)	(66.620)
Receita de aplicação financeira	5.540	4.505
Descontos obtidos	70	92
Variação cambial líquida	-	7.746
Variação a mercado de instrumentos financeiros (*)	41.800	-
Atualização de tributos a compensar	55	146
Outras receitas financeiras	5.376	6.370
Receitas financeiras	52.841	18.859
Despesas financeiras, líquidas	(60.857)	(47.761)

^(*) Valor referente ao resultado apurado pelas transações de instrumentos financeiros derivativos, conforme detalhado na nota explicativa 25.

22 Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativo	2024	2023
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	126.096	127.211
Passivo	126.096	127.211
Custo atribuído do ativo imobilizado	(59.427)	(60.108)
Diferenças temporárias sobre apuração (diferença entre depreciação fiscal e vida útil)	(99.427)	(87.196)
	(158.854)	(147.304)
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquido	(32.758)	(20.093)

^(**) Valor referente à atualização do Programa Paraná Competitivo.

Baseado na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, suportado por estudos técnicos preparados pela administração, foram constituídos créditos tributários diferidos ativos sobre saldos acumulados de prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias, a recuperação desse imposto diferido iniciou-se em 2021, cuja expectativa realização integral deverá acontecer até em 2032.

b. Conciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	2024	2023
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	44.768	26.010
Alíquota nominal	34%	34%
Encargo fiscal pela alíquota nominal	(15.221)	(8.843)
Diferença Depreciação Fiscal vs Vida Útil	11.346	11.704
Ajuste Avaliação Patrimonial	680	647
Variação Cambial	54	(2.550)
Outras Adições/Exclusões	531	(958)
	12.643	8.843
Imposto de renda e contribuição social (correntes)	(2.578)	_
Imposto de renda e contribuição social diferido em 31 de dezembro de 2023	(20.093)	(11.203)
Diferença Depreciação Fiscal vs Vida Útil	(11.346)	(11.704)
Ajuste Avaliação Patrimonial	(680)	(647)
Variação Cambial	(54)	2.550
Outras Adições/Exclusões	(531)	958
Despesas, doações e multas indedutíveis	(54)	(47)
Imposto de renda e contribuição social (diferidos)	(12.665)	(8.890)
Imposto de renda e contribuição social diferido em 31 de dezembro de 2024	(32.758)	(20.093)

23 Transações com partes relacionadas

As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas:

a. Venda de produtos

•	2024	2023
Vendas de produtos (receitas líquidas)		
Supremo Cimentos S.A.	44.799	57.825

As vendas são realizadas com base na tabela de vendas vigente na data da transação com prazo médio de recebimento de 28 dias. Estas transações são realizadas sob termos e condições negociados entre as partes, o que poderiam ser diferentes se realizados junto a terceiros.

b.	Compra de produtos		
		2024	2023
	Compras de produtos (líquidos impostos) Grupo SECIL	80.230	74.614
	Supremo Cimentos S.A.	7.249	1.676
		87.479	76.290
c.	Saldos do fim do exercício		
		2024	2023
	Contas a receber (i) Grupo SECIL	_	20
	Supremo Cimentos S.A.	7.194	49.286
		7.194	49.306
	Contas a pagar (i)		
	Supremo Cimentos S.A.	97	-
	Grupo SECIL	251	26.114
		348	26.114
	Outras a pagar		
	Supremo Cimentos S.A.	5.682	27.965
		5.682	27.965

(i) A Companhia realiza compras e vendas de matérias primas e produtos acabados das partes relacionadas.

24 Provisão para contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais questões tributárias, aspectos cíveis, fiscais, trabalhistas e outros assuntos decorrentes do curso normal de seus negócios.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisões nos montantes apresentados abaixo, que são consideradas suficientes para cobrir as perdas prováveis com ações em curso. O resumo das provisões para contingências está apresentado a seguir:

	2024	2023
Cíveis	7.666	7.595
Tributária	5.353	5.353
Trabalhista	3.353	2.154
	16.372	15.102

Movimentações da provisão

	Cive	is Tributári	a Trabalhista	Total
Saldo em 01/01/2024	7.59	95 5.35	3 2.154	15.102
Constituição Provisão	16	59	- 2.074	2.243
Reversão Provisão	(90	5)	- (877)	(973)
Saldo em 31/12/2024	7.66	5.35	3 3.351	16.372
	Civeis	Tributária	Trabalhista	Total
Saldo em 01/01/2023	7.595	4.467	640	12.702
Constituição Provisão	-	886	3.161	4.047
Reversão Provisão	-	-	(1.647)	(1.647)
Saldo em 31/12/2023	7.595	5.353	2.154	15.102

 Contingências cíveis - as principais ações estão relacionadas a reclamações sobre danos materiais e/ou morais e processos relacionados a contratos com prestadoras de serviços contratados para construção da nova fábrica em Adrianópolis.

Além das causas acima mencionadas, a Companhia também é ré em outras ações cuja probabilidade de perda é considerada como possível, segundo a opinião de nossos assessores jurídicos, as quais totalizam R\$ 41 (R\$ 256 em 2023). Nenhuma provisão para perdas destas causas foi reconhecida nessas demonstrações financeiras.

 Contingências trabalhistas - estão relacionadas às reclamações movidas por empregados e exempregados da Companhia relativo a questões de verbas rescisórias, salariais, enquadramentos.

Além das causas acima mencionadas, a Companhia também é ré em outras ações cuja probabilidade de perda é considerada como possível, segundo a opinião de nossos assessores jurídicos, as quais totalizam R\$ 982 (R\$ 2.072 em 2023). Nenhuma provisão para perdas destas causas foi reconhecida nessas demonstrações financeiras.

Nenhuma provisão para perdas destas causas foi reconhecida nessas demonstrações financeiras. A posição das contingências possíveis pode ser assim apresentada:

	2024	2023
Cíveis	217	256
Tributária	8.282	5.426
Trabalhista	349	2.072
	8.848	7.754

25 Instrumentos financeiros

25.1 Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

							2024			2023
				N T 4	Valor justo	OS	a custo	Outros passivos	m . 1	Saldo contábil/ valor
Ativos financeiros	não mensura	dos ao va	alor justo:	Nota	de hedg	ge ar	mortizado	financeiros	Total	justo
Ativos financeiros	não-mensura	dos								
ao valor justo										
Caixa e equiva		1		8		-	287.472	-	287.472	53.511
Contratos de câ hedge	mbio a termo u	tilizados	para	25	37.98	22			37.982	
Contas a recebe	er de clientes			9	31.70	-	44.029	-	44.029	
Contas a reces	or de ellentes				37.98	32	331.501		364.483	
Passivos financeir	os:									
Passivos financeia ao valor justo Contratos de câ			para							
hedge			Para			-	-	-	-	11.421
Fornecedores				14		-	-	45.633	45.633	82.091
Arrendamento r				13		-	-	7.512	7.512	
Outras contas a		_		17		-	-	10.399	10.399	
Empréstimos e	manciamento	S		15	-	<u>-</u> -		604.923		. ——
						_		000.407	000.407	454,754
				-			2024			2023
				,		C*	Ativos	0-4		Saldo
					Valor justo - nstrumentos		anceiros a custo	Outros passivos	,	contábil/ valor
			N	Nota			ortizado fi	-	Total	justo
Ativos financeiros	mensurados a	ao valor			g.					J === = =
Ativos financeiros ao valor justo	não-mensura	dos								
Contratos de câ	mbio a termo u	tilizados	para							
hedge			1	25	37.982		-	-	37.982	-
				X 7	-1		2024			
	Objeto		Notional	V	alor em moeda V	alor	Ganho			
Banco	Proteção	Moeda	BRL (120,555)			usto		Pagamento		oimentos
Capital Giro Capital Giro	Empréstimos Empréstimos	USD EUR	(129.555) (53.700)	,	,	3.378 9.604	27.707 9.545	(9.522 (2.570	*	
Capital Giro (*)	Empréstimos	EUR	(104.967)	((19.256)	-	4.548	(3.00	9)	5.627

^(*) Contratos liquidados em durante 2024, portanto, sem valor justo em 31 de dezembro de 2024.

(288.222)

(45.256)

37.982

41.800

(14.111)

						2023		
				Valor em				
	Objeto		Notional	moeda	Valor	Ganho		
Banco	Proteção	Moeda	BRL	estrangeira	Justo	(Perda)	Pagamentos	Recebimentos
Capital Giro	Empréstimos	USD	(90.136)	(16.000)	(8.851)	(13.768)	(9.669)	
Capital Giro (*)	Empréstimos	EUR	(31.572)	(6.000)	-	(534)	(534)	_
Capital Giro	Empréstimos	EUR	(104.967)	(19.256)	(2.570)	(8.679)	(6.085)	
			(264.246)	(49.000)	(11.421)	(22.981)	(16.288)	

(*) Contratos liquidados em durante 2024, portanto, sem valor justo em 31 de dezembro de 2023.

Mensuração do valor justo

(i) Técnicas de avaliação e inputs significativos não observáveis

As tabelas abaixo apresentam as técnicas de valorização utilizadas na mensuração dos valores justos para instrumentos financeiros mensurados ao valor justo no balanço patrimonial. Os processos de avaliação estão descritos na nota explicativa 6.

Tipo	Técnica de avaliação
Contratos de câmbio a termo	Precificação a termo: O valor justo é determinado utilizando taxas de câmbio a termo cotadas na data do balanço e cálculos de valor presente baseados em curvas de rendimento de investimentos com alta qualidade de crédito nas respectivas moedas contratadas.

25.2 Gerenciamento de risco financeiro

Fatores de risco financeiro

A Diretoria tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia e se reporta regularmente ao Conselho de Administração. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos, para definir limites e controles e para monitorar riscos e aderência aos limites. Essas políticas são revisadas frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia que, através de suas normas e procedimentos de gerenciamento, desenvolve um ambiente de controle disciplinado e construtivo.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado

Essa nota apresenta informações sobre os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, o gerenciamento de capital e a exposição a cada um dos riscos supramencionados. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras da Companhia.

a. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte

em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e de aplicações financeiras.

(i) Aplicações financeiras

A Companhia limita sua exposição a riscos de crédito ao investir apenas em aplicações de renda fixa. A administração monitora ativamente as classificações de créditos e, uma vez que a Companhia tenha investido apenas em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) emitidos por instituições financeiras de primeira linha. Não se espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações.

(ii) Contas a receber de clientes e outros créditos

A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes e outros créditos e investimentos. A administração da Companhia gerencia o risco de crédito através de análises da razoabilidade dos limites de créditos atribuídos aos seus clientes, o que leva em conta a análise da situação econômico e financeira dos mesmos e o histórico de inadimplência.

b. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da Companhia encontrar dificuldades de cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros, os quais são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre possua liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais ou em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos, sem causar perdas inaceitáveis ou riscos de prejuízo à reputação da Companhia.

A administração da Companhia gerencia o risco de liquidez através de monitoramento do fluxo de caixa das atividades operacionais, de investimentos e de financiamento, buscando quando necessário, alternativas para obtenção de recursos financeiros junto aos acionistas ou através de recursos de terceiros. A fim de equacionar a situação de capital circulante líquido negativo, a administração vem negociando o alongamento do perfil da dívida junto a instituições financeiras.

A seguir, estão as exposições contratuais de passivos financeiros.

	Até um ano	Entre um e dois anos	De dois anos em diante	Total
Em 31 de dezembro de 2024				
Fornecedores	45.633	-	-	45.633
Empréstimos e financiamentos	246.784	76.070	282.069	604.923
Passivos de arrendamento	3.533	3.979	-	7.512
Outras contas a pagar	10.345	54	-	10.399
. 0				
	306.295	80.103	282.069	668.467
Em 31 de dezembro de 2023				
Fornecedores	82.091	-	-	82.091
Empréstimos e financiamentos	140.086	168.695	27.155	331.868
Passivos de arrendamento	5.841	1.232	-	7.073
Outras contas a pagar	33.872	50	-	33.922
. 0				
	261.890	169.977	27.155	454.954

c. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, influenciem nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é acompanhar e controlar as exposições desses riscos, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

(i) Risco cambial

A Companhia está sujeita ao risco cambial de operações estrangeiras decorrente de diferenças entre as moedas nas quais compras e empréstimos são denominados, e a respectiva moeda funcional.

Com relação a outros ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, a Companhia atua para que sua exposição líquida seja mantida em um nível aceitável de acordo com as políticas e limites definidos pela administração.

Um resumo da exposição ao risco cambial da Companhia, está apresentado abaixo:

	2024		
	R\$	EUR	
Passivos			
Instrumentos financeiros derivativos	9.603	1.492	
Empréstimos e Financiamentos	(64.363)	(10.000)	
Exposição cambial líquida Passiva	(54.760)	(8.508)	
	2024		
	R\$	U\$	
Passivos			
Fornecedores	(1.603)	(258)	
Instrumentos financeiros derivativos	28.379	4.582	
Empréstimos e Financiamentos	(160.999)	(26.000)	
Exposição cambial líquida Passiva	(134.223)	(21.675)	
	2023		
	2023 R\$	EUR	
Passivos	R\$		
Instrumentos financeiros derivativos	R\$ (2.570)	(480)	
	R\$		
Instrumentos financeiros derivativos	R\$ (2.570)	(480)	
Instrumentos financeiros derivativos Empréstimos e Financiamentos	(2.570) (103.320)	(480) (19.306)	
Instrumentos financeiros derivativos Empréstimos e Financiamentos	(2.570) (103.320) (105.890)	(480) (19.306)	
Instrumentos financeiros derivativos Empréstimos e Financiamentos	(2.570) (103.320) (105.890)	(480) (19.306) (19.786)	
Instrumentos financeiros derivativos Empréstimos e Financiamentos Exposição cambial líquida Passiva	(2.570) (103.320) (105.890)	(480) (19.306) (19.786)	
Instrumentos financeiros derivativos Empréstimos e Financiamentos Exposição cambial líquida Passiva Passivos	(2.570) (103.320) (105.890) 2023	(480) (19.306) (19.786) U\$	
Instrumentos financeiros derivativos Empréstimos e Financiamentos Exposição cambial líquida Passiva Passivos Fornecedores	(2.570) (103.320) (105.890) 2023 R\$	(480) (19.306) (19.786) U\$	

(ii) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos
 A Companhia está exposta principalmente à variação cambial do Dólar norte-americano e Euro.
 A tabela a seguir detalha a sensibilidade da companhia ao aumento e à redução ou aumento de 25% ou 50% no Real em relação a essa moeda estrangeira.

	Notio Ativo / P						Cenár	ios	
	BRL	ME	Posição em 31/12/202 4	Referência (*)	Prová.vel	25%	50%	-25%	-50%
Empréstimos a taxas de juros pós-fixadas Swap de taxa de juros Empréstimos em moeda estrangeira								(12452)	
US\$ para R\$	(129.555)	26.000	(156.190)	USD 6,0000	(179.629)	(224.536)	(269.443)	(134.721	(89.814)
EUR para R\$	(53.700)	10.000	(65.047)	EUR 6,2364	(63.027)	(78.784)	(94.540)	(47.270)	(30.319)
Moeda para R\$	183.255	N/A	183.255	CDI 14,65%	179.095	223.869	268.643	134.321	89.548
Exposição líquida			37.982		(63.560)	(79.451)	(95.341)	(47.670)	(30.586)
	Notio Ativo / P						Cenár	ios	
	BRL	ME	Posição em 31/12/202 3	Referência (*)	Provável	25%	50%	-25%	-50%
Empréstimos a taxas de juros pós-fixadas Swap de taxa de juros Empréstimos em moeda estrangeira									
US\$ para R\$	(90.136)	16.000	(98.987)	USD 4,8400	(98.987)	(123.733)	(148.480)	(74.240)	(49.493)
EUR para R\$	(104.967)	19.256	(107.537)	EUR 5,3500	(107.537)	(134.421)	(161.305)	(80.652)	(53.768)
Moeda para R\$	195.103	N/A	195.103	CDI 13,03%					
Exposição líquida			(11.421)		(8.875)	(11.094)	(13.312)	(6.656)	(4.437)

(*) O cenário provável reflete a expectativa de cotação do dólar americano e a taxa de juros CDI do Banco Central do Brasil (baseado na taxa SELIC) na data-base de 31/12/2024 e 31/12/2023. Os demais riscos foram considerados irrelevantes para o resultado de instrumentos financeiros.

A Administração entende que a análise de sensibilidade não é representativa do risco de câmbio inerente a essas operações, uma vez que a exposição no fim do exercício não reflete a exposição durante o exercício.

(iii) Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta à taxas de juros variáveis. A administração monitora periodicamente o desempenho das taxas de juros a fim de tomar decisões visando proteger o seu fluxo de caixa. A Companhia não realiza operações com instrumentos financeiros derivativos visando proteger-se contra oscilações nas taxas de juros.

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros da Companhia, remunerados por juros com taxas variáveis, era composto por:

	2024	2023
Valor Contábil		
Ativos financeiros		
Aplicações financeiras (CDI)	286.807	53.347
Passivos financeiros		
Empréstimos Longo prazo (CDI)	(300.000)	(139.151)
Empréstimos e financiamentos curto prazo (CDI)	(225.362)	(103.320)
	(238.555)	(189.124)

As aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários possuem liquidez atrelados à variação de 80% a 103% do CDI (Certificado de Depósitos Interbancários).

(iv) Análise de sensibilidade

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas por oscilações nas taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando a mitigação desse tipo de risco, a companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas e, em determinadas circunstâncias, são efetuadas operações de hedge para travar o custo financeiro das operações.

As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da companhia. Abaixo demonstramos os impactos dessas variações na rentabilidade do endividamento em moeda nacional da companhia, atreladas ao CDI e IPCA.

Análise de sensibilidade de taxa de juros

A seguir, apresentamos a análise de sensibilidade aos riscos relacionados às taxas de juros. A Companhia considerou dois cenários distintos para avaliar o impacto das variações dessas taxas: o Cenário 1 prevê um horizonte de elevação das taxas de juros, e o Cenário 2 projeta um horizonte de redução. Para realização do cálculo, foram consideradas como referências as taxas de fechamento em 31 de dezembro de 2024, com base em um modelo de dispersão, que considera não apenas as variações históricas das taxas de juros, mas também projeções detalhadas da administração.

Essa abordagem permite uma avaliação abrangente e precisa dos potenciais impactos econômicos decorrentes de oscilações nas taxas de juros.

Juros	Taxas de juros	Cenário I	Cenário II	
CDI	12,15%	14,65%	9,65"%	
IPCA 4,83%	4,83%	5,60%	4,27%	
Instituições financeiras e modalidades	Risco (taxa)	Saldo contábil	Cenário I	Cenário II
Financiamentos e empréstimos Financiamentos e empréstimos	CDI IPCA	525.362 75.418	602.327 79.641	576.059 78.638

25.3 Gestão de capital

A política da administração é manter uma sólida base de capital para assegurar a confiança do acionista, credores, mercado e garantir a continuidade do desenvolvimento futuro do negócio. Adota-se como prática, uma posição de capital equilibrada e segura, mantendo níveis de empréstimos necessários com posições de aplicação que combinem retorno satisfatório e baixo risco. A administração monitora a gestão de capital através de análises de índices de alavancagem financeira, e quando necessário, realiza negociações com instituições financeiras para promover o alongamento do perfil da dívida e junto aos acionistas para obter incrementos de capital social.

Na gestão de capital passamos a apresentar os saldos de empréstimos (Nota 14) e total dos arrendamentos mercantis (Nota 15), sem o acréscimo de juros:

	2024	2023
Total dos empréstimos (Nota 15)	600.459	328.201
Total dos arrendamentos mercantis (Nota 16)	7.512	7.073
Total instrumentos derivativos (Nota 26)	(37.982)	11.421
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 8)	(287.472)	(53.511)
Dívida líquida	282.517	293.184
Total do patrimônio líquido	582.729	560.549
Total do capital	865.246	853.733
Índice de alavancagem financeira - %	33	34

26 Segmentos operacionais

Segmentos Reportáveis

A Companhia possui duas divisões estratégicas, que são seus segmentos reportáveis. Estas divisões oferecem diferentes produtos e serviços e são administradas separadamente, pois exigem diferentes tecnologias e estratégias de marketing.

O seguinte resumo descreve as operações em cada um dos segmentos reportáveis da Companhia:

Cimento Concreto				Fabricação e comercialização de cimento Prestação de serviços de concreto usinado			
		Cimento		Con	creto	Tot	al
	Nota	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita líquida de vendas	19	511.988	502.624	84.691	6.422	596.680	509.045
Custo das vendas	20	(327.612)	(348.903)	(68.089)	(4.373)	(395.701)	(353.276)
Lucro bruto		184.376	153.721	16.603	2.048	200.978	155.769
Despesas administrativas	20	(17.964)	(15.076)	(3.227)	(1.649)	(21.191)	(16.724)

Operações

20	(72.310)	(64.850)	(1.175)	8	(73.486)	(64.842)
	(499)	(270)	(91)	(9)	(590)	(279)
20	(485)	(153)	398		(87)	(153)
	93.118	73.373	12.507	398	105.624	73.771
21	(113.620)	(66.616)	(78)	(4)	(113.698)	(66.620)
21	52.180	18.859	661	0	52.841	18.859
21	(61.440)	(47.757)	583	(4)	(60.857)	(47.761)
	31.678	25.616	13.091	394	44.768	26.010
22.b	(1.824)	-	(754)	-	(2.578)	-
22.b	(8.962)	(8.709)	(3.703)	(181)	(12.665)	(8.890)
	22.716	16 904	7 843	260	29.525	17.120
	20 21 21 21 22.b	(499) 20 (485) 93.118 21 (113.620) 21 52.180 21 (61.440) 31.678	(499) (270) 20 (485) (153) 93.118 73.373 21 (113.620) (66.616) 21 52.180 18.859 21 (61.440) (47.757) 31.678 25.616 22.b (1.824) - 22.b (8.962) (8.709)	(499) (270) (91) 20 (485) (153) 398 93.118 73.373 12.507 21 (113.620) (66.616) (78) 21 52.180 18.859 661 21 (61.440) (47.757) 583 31.678 25.616 13.091 22.b (1.824) - (754) 22.b (8.962) (8.709) (3.703)	(499) (270) (91) (9) 20 (485) (153) 398 - 93.118 73.373 12.507 398 21 (113.620) (66.616) (78) (4) 21 52.180 18.859 661 0 21 (61.440) (47.757) 583 (4) 21 (61.440) (47.757) 583 (4) 22.b (1.824) - (754) - 22.b (8.962) (8.709) (3.703) (181)	20 (72.310) (64.850) (1.175) 8 (499) (270) (91) (9) (590) 20 (485) (153) 398 - (87) 93.118 73.373 12.507 398 105.624 21 (113.620) (66.616) (78) (4) (113.698) 21 52.180 18.859 661 0 52.841 21 (61.440) (47.757) 583 (4) (60.857) 31.678 25.616 13.091 394 44.768 22.b (1.824) - (754) - (2.578) 22.b (8.962) (8.709) (3.703) (181) (12.665)

27 Transações que não afetaram a caixa

Durante o período de 2024, a Companhia realizou as seguintes transações que não afetaram o caixa, mas que tiveram impacto relevante para a compreensão da posição financeira e do desempenho da Companhia:

Aquisição de Ativos a Prazo:

A Companhia adquiriu ativos imobilizados para melhorias no seu parte fabril, e equipamentos de transportes (caminhões betoneiras) no valor de R\$ 6.674 (seis milhões e seiscentos setenta e quatro mil reais) em 2024, com pagamento a ser realizado em 45 dias. Esta transação não gerou impacto na caixa no período, mas será refletida nas futuras saídas de caixa conforme os pagamentos efetuados.

Financiamentos ativos fixo:

A Companhia firmou contratos de financiamentos no montante R\$ 21.195 (vinte e um milhões e cento e noventa cinco mil reais) em 2024, os quais não tiveram movimentação em caixa, para aquisição de equipamentos de transportes (caminhões betoneiras) para o segmento concreto.

Arrendamentos mercantis:

A Companhia firmou novos contratos de arrendamento, gerando uma adição de ativo de direito de uso e passivo de arrendamento no valor de R\$ 7.986 em 2024, esta transação não gerou

impacto na caixa no período, mas será refletida nas futuras saídas de caixa conforme os pagamentos efetuados.

28 Cobertura de seguros

As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.